

RELATÓRIO DE GESTÃO 2021



Tribunal Regional Eleitoral
do Rio Grande do Sul

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

DG – Diretoria-Geral do TRE-RS

DENATRAN - Departamento Nacional de Trânsito

IGov – Índice de governança instituído pelo Tribunal de Contas da União

IGP-RS – Instituto Geral de Perícias do Rio Grande do Sul

IN – Instrução Normativa

JE - Justiça Eleitoral

PJe – Processo Judicial Eletrônico

PLS – Plano de Logística Sustentável

RAE – Reuniões de Avaliação da Estratégia

RS – Rio Grande do Sul

SAI – Secretaria de Auditoria Interna do TRE-RS

SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SOF – Secretaria de Orçamento e Finanças do TRE-RS

SPCE - Sistema de Prestação de Contas Eleitorais

TCU – Tribunal de Contas da União

TI – Tecnologia da Informação

TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação

TRE-RS – Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UG – Unidade Gestora

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| Lista de siglas e abreviações..... | 2 |
| Sumário | 3 |
| Apresentação | 4 |
| 1. A Instituição | 5 |
| 1.1. Fundamentos Estratégicos | 5 |
| 1.2. Competências Organizacionais | 6 |
| 1.3. Modelo de Negócios..... | 6 |
| 1.4. Cadeia de Valor..... | 7 |
| 1.5. Estrutura Organizacional | 8 |
| 1.6. Relacionamento com a Sociedade..... | 10 |
| 1.7. Matriz de Materialidade..... | 11 |
| 2. Riscos, Oportunidades e Perspectivas..... | 12 |
| 2.1. Visão Geral do Modelo de Gestão de Riscos..... | 12 |
| 2.2. Principais Riscos e Oportunidades..... | 13 |
| 2.3. Desafios e Ações Futuras..... | 17 |
| 3. Governança, Estratégia e Desempenho..... | 18 |
| 3.1. Governança..... | 18 |
| 3.2. Planejamento Estratégico..... | 20 |
| 3.3. Resultados e Desempenho da Gestão | 21 |
| 3.3.1. Objetivos Estratégicos..... | 21 |
| 3.3.2. Principais Programas, Projetos e Ações da Cadeia de Valor | 27 |
| 3.4. Resultados das Principais Áreas de Atuação | 29 |
| 3.4.1. Gestão Orçamentária e Financeira..... | 29 |
| 3.4.2. Gestão de Custos..... | 32 |
| 3.4.3. Gestão de Pessoas..... | 32 |
| 3.4.4. Gestão de Licitações e Contratos | 36 |
| 3.4.5. Gestão Patrimonial e de Infraestrutura | 38 |
| 3.4.6. Gestão de Tecnologia da Informação..... | 39 |
| 3.4.7. Sustentabilidade..... | 40 |
| 3.4.8. Outros Resultados da Gestão | 42 |
| 4. Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis..... | 44 |
| 4.1. Situação Financeira Contábil e Evolução no Exercício | 44 |
| 4.2. Principais Fatos Contábeis relativos à Situação Financeira | 44 |
| 4.3. Estrutura Contábil | 44 |
| Glossário..... | 45 |



Des. Arminio José Abreu Lima da Rosa
Presidente TRE-RS

APRESENTAÇÃO

O Relatório de Gestão do TRE-RS é o documento no qual apresentamos os principais resultados institucionais alcançados em 2021. Por meio dele, prestamos contas à sociedade e aos órgãos de controle sobre nossa atuação institucional.

Há décadas a Justiça eleitoral conduz o seu trabalho com lisura, probidade, veracidade e efetividade. Por essa razão, é muito importante que essa atuação seja publicizada, de modo a não ser deslegitimada por desinformações que nos conduzem a retrocessos e à perda de liberdade – liberdade essa que é tão difícil de conquistar e tão fácil de perder.

Em 2021, nosso principal objetivo foi assegurar condições adequadas para a realização do pleito eleitoral de 2022. Foi um ano de planejamento e de aprimoramento das estruturas e dos trabalhos, visando à sua racionalização e, conseqüentemente, obtenção de maior eficácia e economicidade. Nesse contexto, merece destaque o Programa Eleições 2022 – um abrangente plano de trabalho composto de projetos, planos de ação e processos que contemplam todas as ações que culminam na realização do pleito.

Salienta-se, também, a elaboração e aprovação do Plano Estratégico 2021-2026 que demonstra a busca permanente pela melhoria institucional, auxiliando os gestores a analisar os ambientes externo e interno e a estabelecer diretrizes para o próximo sexênio.

Houve avanços significativos na prestação de serviços, cada vez mais em benefício do cidadão, com a implantação de um novo canal integrado de atendimento por meio da internet. Nesse sentido, importante mencionar que a ampliação do teletrabalho em diversas unidades proporcionou economia de recursos sem perda de eficácia.

Todas essas melhorias só foram possíveis devido ao empenho e dedicação dos magistrados, servidores e colaboradores, que reafirmam cotidianamente seu compromisso com a ordem jurídica, integridade da democracia e atenção ao interesse do povo brasileiro.

Assim, como presidente do TRE-RS, enfatizo a integridade do Relatório de Gestão, afirmando sua fidedignidade, precisão e completude. Esse documento é resultado do esforço para integrar as informações institucionais de modo acessível aos cidadãos, entendendo a gestão organizacional de forma ampla, coletiva e sistêmica, conforme os requisitos da Decisão Normativa TCU nº 187, de 09 de setembro de 2020.

Des. Arminio José Abreu Lima da Rosa

1. A INSTITUIÇÃO

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE-RS) é um órgão do Poder Judiciário da União, vinculado e subordinado ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Sua jurisdição abrange os 497 municípios do estado do Rio Grande do Sul, onde atende a uma população de aproximadamente 11,4 milhões de pessoas, dentre as quais 8,4 milhões de eleitores.

Tem como missão¹ garantir a legitimidade do processo eleitoral e a efetiva prestação jurisdicional, fortalecendo a democracia. Para tanto, atua basicamente em duas frentes: jurisdicional e administrativa. No plano jurisdicional, julga matérias referentes à legislação eleitoral. Na esfera administrativa, gerencia o cadastro eleitoral, um dos maiores do país, e administra e operacionaliza as eleições.

A sua maior e mais complexa atividade é a realização das eleições, pois envolve planejar, organizar, controlar e fiscalizar o pleito, além de proclamar e diplomar os eleitos, tornando possível coletar e apurar a vontade política dos cidadãos. Ordinariamente, as eleições ocorrem no primeiro e, se necessário, último domingo de outubro dos anos pares, alternando entre as eleições municipais (prefeito, vice-prefeito e vereadores) e eleições gerais (presidente, vice-presidente, senadores, deputados federais e estaduais), conforme a [Lei 9.504/97](#).

Em termos de estrutura e competências, a Justiça Eleitoral está amparada na [Constituição Federal](#), principalmente nos artigos 118 a 121, e no [Código Eleitoral](#) (Lei 4.737/65). Especificamente, as atividades do TRE-RS estão definidas no [Regimento Interno](#) e no [Regulamento Interno da Secretaria](#).

¹ O TRE-RS não possui capital social e participação em outras sociedades, assim como não propõe ou implementa políticas e programas de governo.

1.1. Fundamentos Estratégicos

Missão

Garantir a legitimidade do processo eleitoral e a efetiva prestação jurisdicional, fortalecendo a democracia.

Visão de futuro

Ser reconhecido pela credibilidade do processo eleitoral e excelência de seus serviços.

Valores

Acessibilidade: facilitar o acesso aos serviços da Justiça Eleitoral.

Agilidade: entregar resultados com rapidez e qualidade.

Credibilidade: agir com responsabilidade, transparência e foco no interesse público.

Eficiência: fazer o bom uso dos recursos públicos para o alcance dos objetivos.

Ética: agir sobre os princípios da moralidade, honestidade e integridade.

Imparcialidade: garantir que as ações sejam tomadas com isenção, equidade e justiça.

Inovação: estimular a criatividade e a melhoria contínua dos serviços.

Respeito humano: tratar as pessoas com cortesia, atenção e respeito às suas diferenças.

Segurança: garantir informações precisas e serviços confiáveis.

Sustentabilidade: atuar de forma proativa e considerando os impactos na sociedade e no meio ambiente.

Transparência: garantir clareza e publicidade dos atos e informações institucionais.

1.2. Competências Organizacionais

A partir dos valores institucionais, da missão e da visão de futuro, o TRE-RS mapeou e definiu suas competências organizacionais, que são o conjunto de conhecimentos, habilidades, tecnologias e valores necessários para que a organização possa gerar benefícios à sociedade:



Prestar atendimento rápido, eficiente, humanizado e acessível aos cidadãos brasileiros.



Realizar a prestação jurisdicional com celeridade, imparcialidade e eficiência.



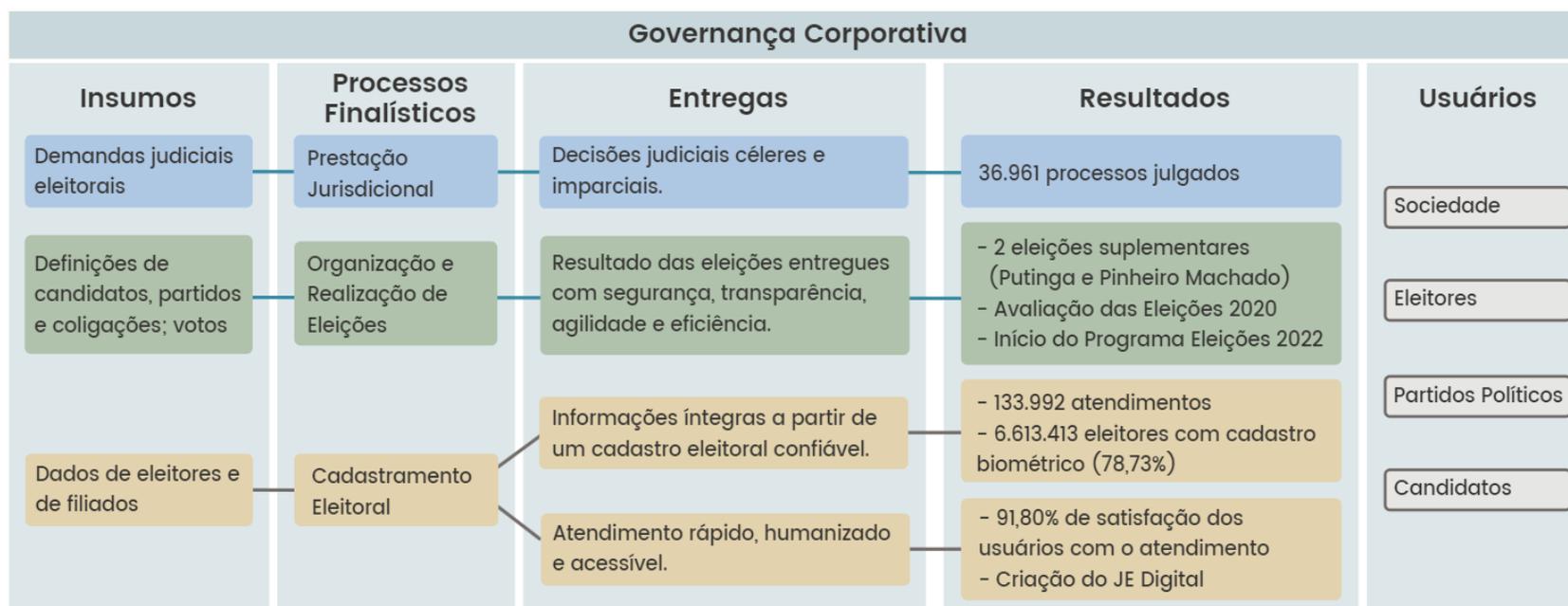
Organizar eleições com transparência, segurança, agilidade e eficiência.



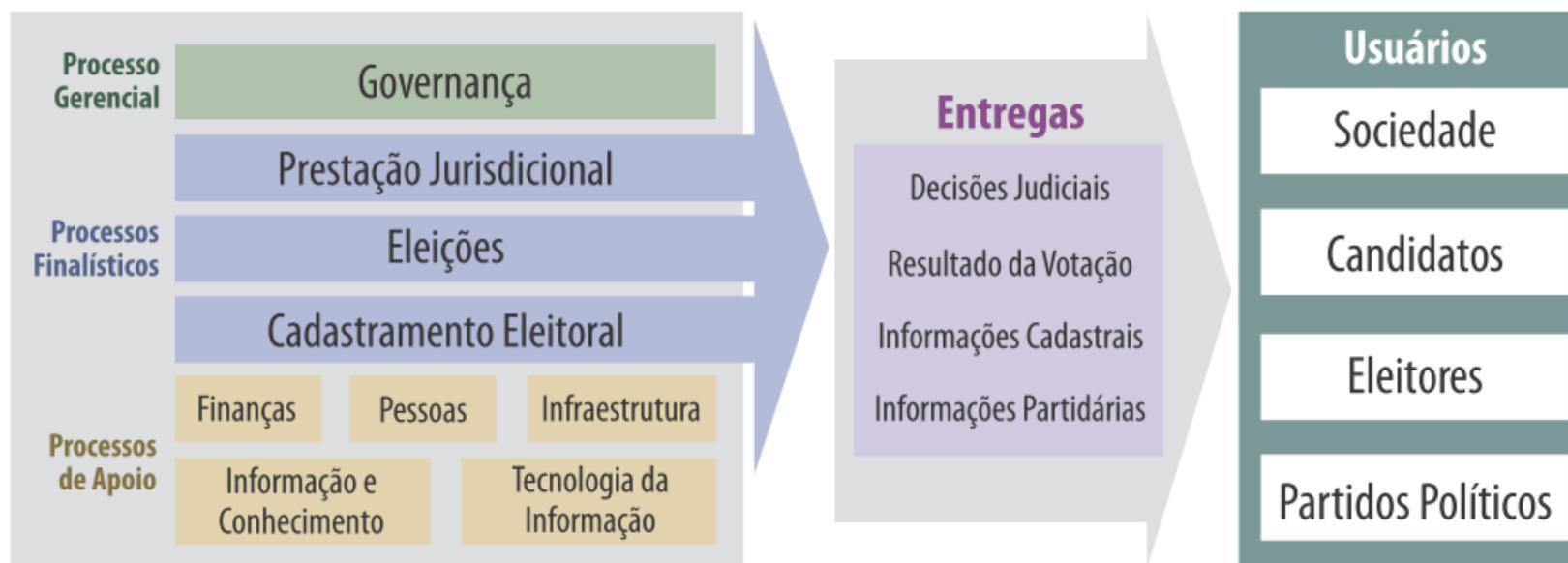
Gerenciar o cadastro eleitoral, de forma a garantir a integridade e a confiabilidade das informações.

1.3. Modelo de Negócios

O Modelo de Negócios do TRE-RS representa como a instituição gera valor para seus usuários por meio do inter-relacionamento entre insumos, atividades, produtos, impactos e seus destinatários.



1.4. Cadeia de Valor



Fonte: TRE-RS

A Cadeia de Valor descreve os principais processos de trabalho (gerenciais, finalísticos e de apoio) e os produtos (entregas) que contribuem para o alcance dos resultados aos usuários.

O **processo gerencial** (Governança) trata das decisões da alta administração, ligadas às estratégias, ao estabelecimento de diretrizes e ao controle organizacional.

Os **processos finalísticos** entregam valor diretamente aos clientes externos. Representam as atividades essenciais que a organização desempenha para cumprir sua missão. São eles:

- **Prestação jurisdicional:** julgar matérias referentes à legislação eleitoral.

- **Eleições:** planejar, organizar, controlar e fiscalizar o pleito, proclamar e diplomar os eleitos, além de viabilizar o atendimento das necessidades de bens e serviços relativos ao andamento das eleições.

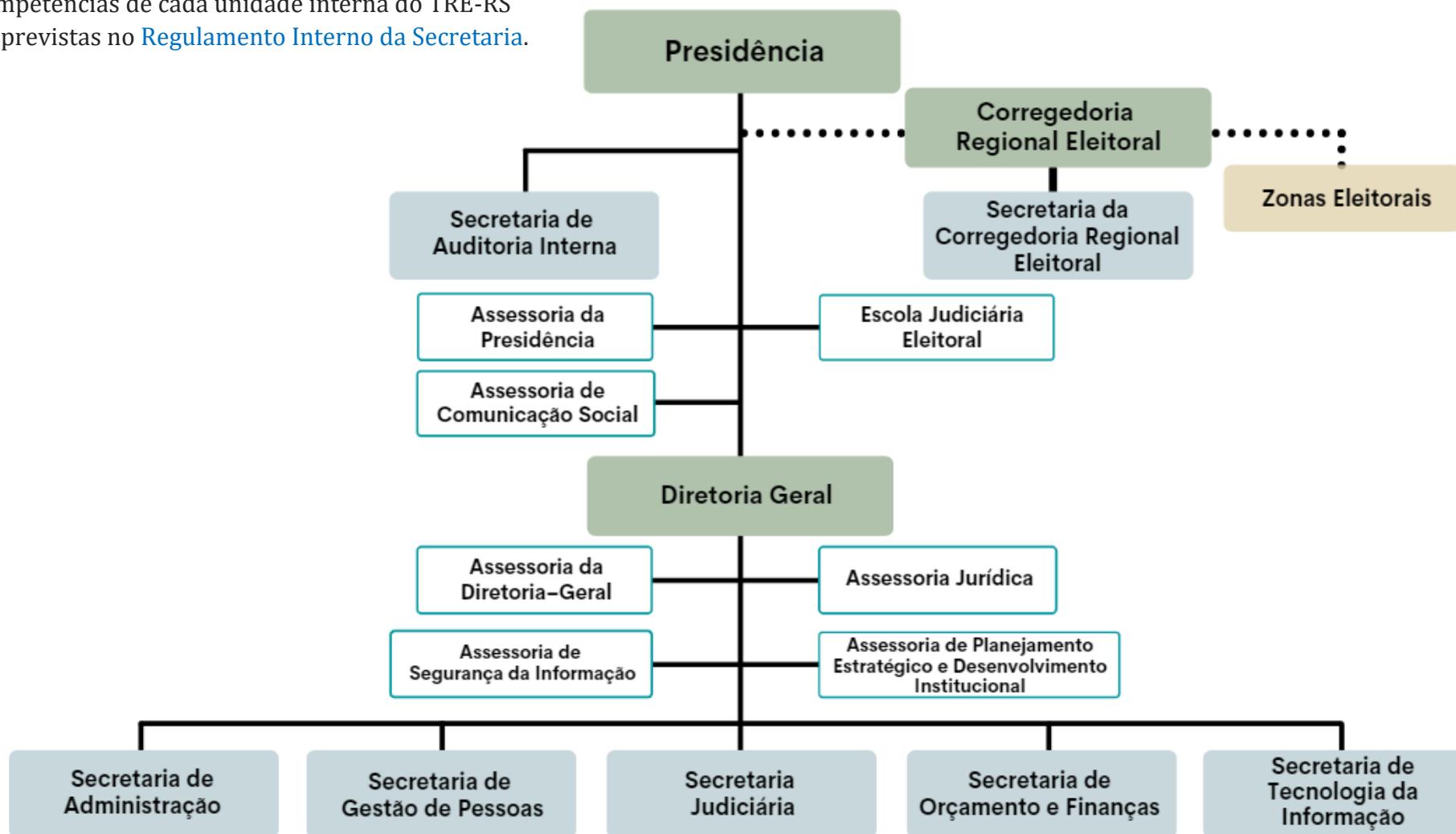
- **Cadastramento eleitoral:** gerir o cadastro eleitoral, mantendo-o atualizado e com informações fidedignas. Integra, também, os serviços relativos à anotação e à verificação de regularidade de atos dos partidos políticos, como prestação de contas, propaganda partidária, filiação, além de criação e transformação de partidos.

Os **processos de apoio** dão suporte aos processos principais, aos gerenciais e a si mesmos, fornecendo produtos, serviços e insumos que não alcançam diretamente os clientes externos.

1.5. Estrutura Organizacional

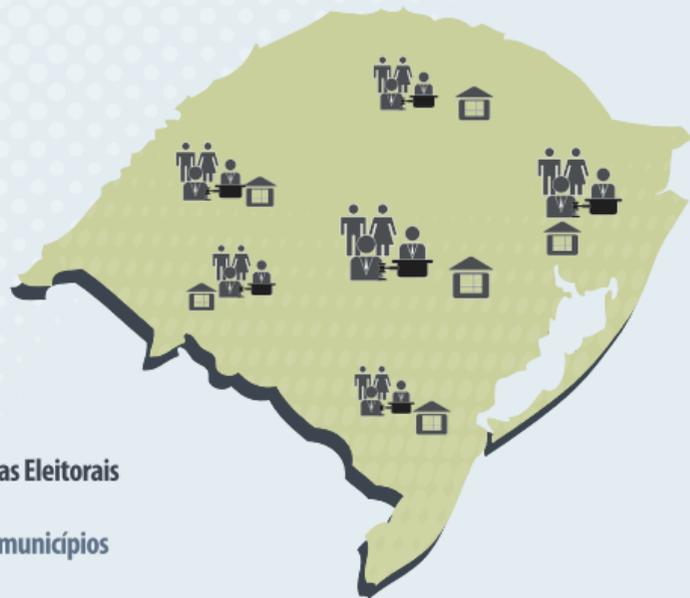
Em termos de estrutura organizacional, o TRE-RS pode ser apresentado de duas formas: administrativa e jurisdicional.

Na esfera **administrativa**, a instituição apresenta uma estrutura departamentalizada por funções, conforme organograma a seguir. As competências de cada unidade interna do TRE-RS estão previstas no [Regulamento Interno da Secretaria](#).



Na esfera **jurisdicional**, a Justiça Eleitoral gaúcha está dividida em duas instâncias: 1º e 2º graus.

1º GRAU DE JURISDIÇÃO



-  165 Zonas Eleitorais
-  em 140 municípios
-  das 497 cidades do estado.

O primeiro grau julga os crimes e demais ilícitos eleitorais, além de processar e julgar os feitos referentes às Eleições Municipais.

Suas demais competências estão previstas no artigo 35 do [Código Eleitoral](#).

Em cada zona eleitoral atuam: um juiz de direito vinculado ao Tribunal de Justiça estadual, um promotor, representando o Ministério Público local, e os servidores do TRE-RS.

2º GRAU DE JURISDIÇÃO



-  Presidente - desembargador do TJ-RS
-  Vice-presidente e Corregedor - desembargador do TJ-RS
-  Juiz Federal do Tribunal Regional Federal da 4ª Região
-  Juizes do TJ-RS
-  Advogados de Notório Saber Jurídico

Órgão colegiado (Pleno), com sede na capital, cujas principais atribuições são julgar os recursos interpostos das decisões de 1º grau e processar e julgar os feitos referentes às eleições gerais, entre outras funções descritas

Conforme artigos 25 a 27 do Código Eleitoral, o Pleno é composto por 7 membros. Junto a ele atua o Procurador Regional Eleitoral, escolhido dentre os procuradores da república do Ministério Público Federal no RS.

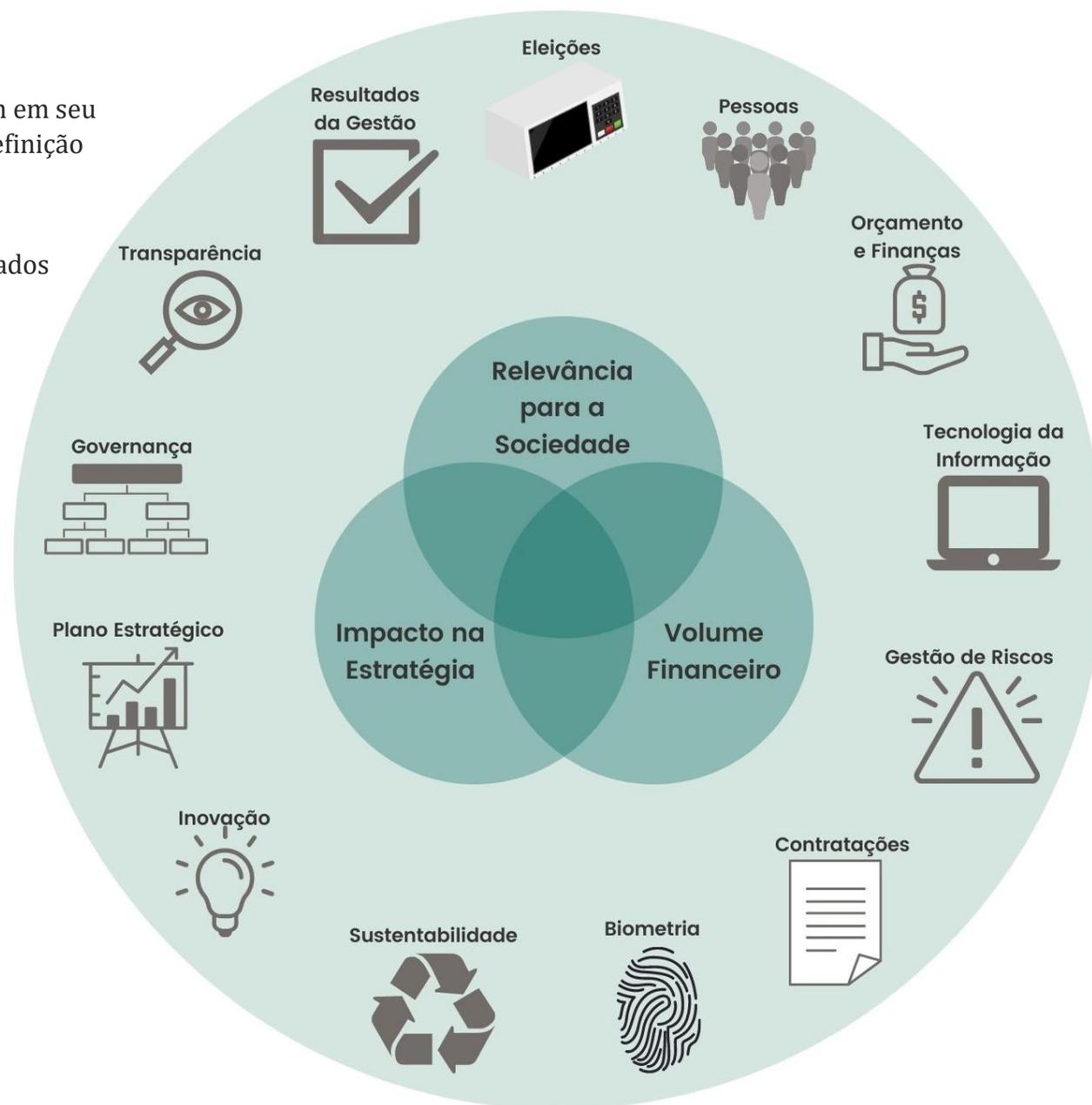
1.6. Relacionamento com a Sociedade



1.7. Matriz de Materialidade

A Justiça Eleitoral do Rio Grande do Sul tem em seu modelo de negócio a principal diretriz para definição dos aspectos a serem abordados no Relatório de Gestão 2021.

Os temas priorizados são aqueles considerados significativos para o cidadão e escolhidos em razão de sua relevância, impacto na estratégia e volume financeiro.



2. RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

2.1. Visão Geral do Modelo de Gestão de Riscos

O sistema de gestão de riscos e controles do TRE-RS funciona, de forma geral, seguindo o modelo de três linhas de defesa:



Há controles, recursos e procedimentos ligados aos riscos que atendem às necessidades básicas da organização e colaboram para a melhoria do desempenho e o alcance efetivo e eficaz dos resultados, embora a prática contínua, sistêmica e estruturada de avaliação de riscos ainda não tenha atingido o nível de maturidade almejado. O TRE-RS formalizou ainda em 2019 seu método institucional de gestão de riscos. Para isso, aprovou o [Manual de Gestão de Riscos](#) (Portaria P. 159/2019) com base no [Referencial Básico de Gestão de Riscos do TCU](#). Tal método auxiliou na tomada de decisões nas Eleições Municipais de 2020, as quais foram consideravelmente impactadas em razão da pandemia de COVID-19, e dará suporte para o planejamento, organização e realização das Eleições Gerais de 2022.

2.2. Principais Riscos e Oportunidades

Os **principais riscos e oportunidades da instituição**, demonstrados a seguir, impactam especialmente os níveis estratégico e operacional, sendo de maior relevância os relacionados aos três macroprocessos finalísticos do TRE-RS: Eleições, Prestação Jurisdicional e Cadastramento Eleitoral. Da mesma forma, merecem destaque os eventos relacionados à imagem da instituição e à segurança da informação, ambos diretamente **vinculados aos objetivos estratégicos**.

Para cada ameaça e oportunidade identificada na tabela a seguir, estão relacionadas suas respectivas fontes, causas, análise de impacto e probabilidade, formas de mitigação / aproveitamento e a magnitude do risco, cujas definições e escalas utilizadas estão descritas no [Manual de Gestão de Riscos](#) do TRE-RS.

Análise dos principais riscos

| Riscos negativos (Ameaças) | Fontes / Causas | Risco Inerente | | | Formas de Mitigação (Controles Existentes) | Eficácia do Controle | | Risco Residual | |
|---|---|-------------------|-------------|----------------------|--|---------------------------|---------------|----------------|---------------------------------|
| | | Probabilidade (P) | Impacto (I) | Risco Inerente (PxI) | | Classificação do Controle | Multiplicador | Risco Residual | Classificação do Risco Residual |
| Impossibilidade/dificuldade de o eleitor votar. | <ul style="list-style-type: none"> - Defeitos na urna eletrônica; - Inabilidade dos mesários para identificar o eleitor e/ou habilitá-lo para votar; - Inabilidade do eleitor (inversão dos votos). - Quantidade insuficiente de mesários em razão da pandemia. | 4 | 3 | 12 | <ul style="list-style-type: none"> - Planejar atos contingenciais para o dia da eleição, visando a corrigir imediatamente eventuais problemas com as urnas eletrônicas; - Designar unidade específica para coordenar a gestão e manutenção preventiva das urnas eletrônicas no estado, evitando problemas e antecipando soluções; - Promover valorização (campanhas nas mídias) e treinamento específico para os mesários, como forma de atrair novos voluntários e melhorar o serviço prestado no dia da eleição; - Campanhas voltadas ao eleitor. - Campanhas divulgando os protocolos sanitários utilizados nas eleições (TSE e TRE-RS). | Fraca | 0,8 | 9,6 | Médio |

| Riscos negativos (Ameaças) | Fontes / Causas | Risco Inerente | | | Formas de Mitigação (Controles Existentes) | Eficácia do Controle | | Risco Residual | |
|---|--|-------------------|-------------|----------------------|--|---------------------------|---------------|----------------|---------------------------------|
| | | Probabilidade (P) | Impacto (I) | Risco Inerente (PxI) | | Classificação do Controle | Multiplicador | Risco Residual | Classificação do Risco Residual |
| Fraude na votação, contabilização e/ou totalização do resultado das eleições. | <ul style="list-style-type: none"> - Inserção de sistemas não oficiais na urna eletrônica; - Habilitação equivocada de eleitor ausente; - Extravio das mídias da urna eletrônica com os resultados durante o transporte até o cartório. | 2 | 5 | 10 | <ul style="list-style-type: none"> - Urnas eletrônicas lacradas em audiências públicas e sem comunicação com internet, evitando interferências; - Utilizar softwares próprios e comunicação de dados em ambiente seguro e exclusivo; - Identificar o eleitor para votar por meio de suas digitais (cadastramento biométrico) - excepcionalmente dispensado em razão da COVID-19; - Dispor de possibilidade de envio dos resultados a partir dos locais de votação, agilizando a contabilização dos votos (solução JE Connect); - Distribuir boletim contendo o resultado da seção logo após o término da votação, o qual pode ser conferido com o resultado apurado no site da Justiça Eleitoral. Tais boletins de urna são publicizados aos representantes dos partidos políticos presentes na seção, fomentando maior fiscalização do processo. | Forte | 0,2 | 2 | Baixo |
| Não integração e/ou desempenho insuficiente dos sistemas informatizados (PJe, Cand, SPCE). | <ul style="list-style-type: none"> - PJe não importar dados do Cand e do SPCE; - Incapacidade de processamento online, devido a sobrecarga. | 4 | 3 | 12 | <ul style="list-style-type: none"> - Conferência visual das informações de cada sistema; - Inclusão das informações do Cand e SPCE no PJe por servidores. | Fraca | 0,8 | 9,6 | Médio |
| Falhas no cadastro de eleitores e filiados que prejudiquem o voto ou a candidatura ou, ainda, possibilitem o voto fraudado. | <ul style="list-style-type: none"> - Informações registradas incorretamente no sistema; - Duplicidade de inscrição; - Ausência ou duplicidade de filiação partidária. | 3 | 3 | 9 | <ul style="list-style-type: none"> - Promover inspeções e correções frequentes, com o objetivo de detectar possíveis falhas no cadastro de eleitores; - Realizar análises automatizadas no sistema de cadastro como forma de identificar erros ou fraudes na inscrição de eleitores e filiados; - Transferir responsabilidades aos partidos políticos pela fidelidade do cadastro de filiados; - Implantar reconhecimento biométrico de eleitores, evitando fraudes tanto na inscrição eleitoral como na habilitação do eleitor para votar (habilitação por biometria excepcionalmente suspensa em razão da COVID-19). | Satisfatória | 0,4 | 3,6 | Baixo |

| Riscos negativos (Ameaças) | Fontes / Causas | Risco Inerente | | | Formas de Mitigação (Controles Existentes) | Eficácia do Controle | | Risco Residual | |
|---|---|-------------------|-------------|----------------------|--|---------------------------|---------------|----------------|---------------------------------|
| | | Probabilidade (P) | Impacto (I) | Risco Inerente (PxI) | | Classificação do Controle | Multiplicador | Risco Residual | Classificação do Risco Residual |
| Deterioração da imagem institucional. | <ul style="list-style-type: none"> - Fake news sobre o processo eleitoral; - Desconhecimento acerca das competências da Justiça Eleitoral e do regramento dos pleitos; - Serviços mal prestados; - Descrédito da população em razão da percepção de corrupção generalizada. | 5 | 3 | 15 | <ul style="list-style-type: none"> - Manter canais de comunicação com a sociedade (como o serviço de Ouvidoria e Serviço de Informação ao Cidadão) para registro de ocorrências, reclamações, pedidos de informações, sugestões e denúncias, visando à melhoria dos serviços prestados; - Convocar reuniões com partidos políticos, advogados e imprensa no intuito de disseminar orientações, dirimir dúvidas e solicitar apoio no combate a informações falsas; - Realizar campanhas de esclarecimentos sobre as atribuições da Justiça Eleitoral e os principais assuntos relacionados ao eleitor e às eleições, promovendo a disseminação de informações relevantes; - Promover a cidadania e a participação social, fazendo-se presente nas principais mídias, com o objetivo de ampliar o alcance de notícias de interesse da sociedade. | Média | 0,6 | 9 | Médio |
| Utilização indevida de dados e/ou ataques cibernéticos. | <ul style="list-style-type: none"> - Acesso indevido ao banco de dados da Justiça Eleitoral. | 3 | 4 | 12 | <ul style="list-style-type: none"> - Adoção de sistema de Governança de TI, responsável por definir diretrizes e estratégias de investimentos, contratações, desenvolvimento de sistemas e segurança da informação; - Criação da Comissão de Tecnologia da Informação, com representação multidisciplinar, responsável por estudar e propor soluções tecnológicas, sugerir investimentos e priorizar ações de TI; - Possuir um Plano Estratégico e um Plano Diretor de TIC, com monitoramento e revisão frequentes; - Realizar investimentos constantes em infraestrutura de TI e segurança da informação; - Totalização dos votos centralizada no TSE a fim de reduzir os riscos de ataques cibernéticos (recomendação da Polícia Federal). | Média | 0,6 | 7,2 | Médio |

| Riscos positivos (Oportunidades) | Fontes / Causas | Risco Inerente | | | Formas de Aproveitamento | Eficácia do Controle | | Risco Residual | |
|---|---|-------------------|-------------|----------------------|--|---------------------------------|---------------|----------------|---------------------------------|
| | | Probabilidade (P) | Impacto (I) | Risco Inerente (Pxl) | | Classificação do Aproveitamento | Multiplicador | Risco Residual | Classificação do Risco Residual |
| Virtualização processual (oportunidade Prestação Jurisdicional) | - Existência de tecnologia viável para virtualizar as demandas judiciais. | 5 | 5 | 25 | - Capacitar servidores para que a virtualização processual torne a prestação jurisdicional mais célere, econômica e eficiente; - Disponibilizar suporte técnico para auxiliar servidores e advogados quanto ao uso do novo sistema; - Redimensionar a força de trabalho que realiza tarefas com processos físicos e que, com a implantação do PJe, não são mais necessárias. | Forte | 0,8 | 20 | Externo |
| Importação de dados biométricos oriundos de outros órgãos públicos. (oportunidade Cadastramento Eleitoral) | - Outros órgãos públicos com cadastro biométrico; - Compatibilidade tecnológica. | 5 | 3 | 15 | - Firmar convênios com órgãos públicos (Denatran e IGP-RS) para aproveitamento de dados biométricos; - Criar mecanismos de conferências dos dados importados antes de sua incorporação ao caderno de votação e à urna eletrônica; - Incorporar definitivamente ao cadastro eleitoral somente aqueles dados validados na urna eletrônica durante a eleição. | Média | 0,6 | 9 | Médio |
| Transmissão do resultado da urna eletrônica diretamente dos locais de votação - JE Connect. (oportunidade Eleições) | - Existência de tecnologia viável e segura para transmissão de dados. | 3 | 3 | 9 | - Investir em equipamentos que possibilitem a transmissão segura do resultado da seção eleitoral; - Incentivar a transmissão dos dados da urna eletrônica diretamente dos locais de votação mais distantes, por meio de rede segura, como forma de agilizar a apuração dos votos; - Capacitar os servidores e a equipe de apoio da Justiça Eleitoral para realizarem a transmissão; - Divulgar amplamente o procedimento e as formas de fiscalização. | Média | 0,6 | 5,4 | Médio |

2.3. Desafios e Ações Futuras

Importação de Dados Biométricos

O TRE-RS estuda um novo processo de aproveitamento de dados biométricos de outros órgãos, com o intuito de incorporá-los ao cadastro eleitoral.

Tal procedimento permite elevar os índices biométricos do eleitorado gaúcho, resultando em economia financeira, logística e de pessoal, tendo em vista que uma parcela dos cidadãos do estado poderá ser dispensada do recadastramento obrigatório.

Até o momento, foram importados dados biométricos de mais de 900 mil pessoas, originários do Instituto Geral de Perícias do RS. Para 2020, o Tribunal esperava agregar informações de aproximadamente um milhão de pessoas do cadastro do Departamento Nacional de Trânsito. No entanto, em razão da pandemia, o reconhecimento biométrico nas eleições municipais foi suspenso e a validação dessas informações será realizada somente em 2022.

Virtualização do Atendimento e dos Serviços

O TRE-RS mantém preocupação constante com a demanda crescente por serviços digitais, traduzindo este importante tema em indicador de objetivo estratégico (denominado Serviços Virtuais Disponibilizados).

Com a pandemia, este processo foi drasticamente acelerado. Foram virtualizados serviços que até então eram oferecidos exclusivamente de forma presencial, como, por exemplo, a confecção do título de eleitor, atualmente realizada por meio do [JE Digital](#).

Estes serviços virtuais estão sendo aprimorados e devem, num futuro próximo, ser oferecidos permanentemente de forma remota, trazendo inúmeros benefícios às pessoas que procuram por atendimento da Justiça Eleitoral, além de economia de recursos públicos. O principal desafio, neste momento, é elevar os níveis de

segurança tecnológica a esses serviços virtuais de forma a afastar possíveis fraudes no cadastro eleitoral.

Virtualização Processual

Desde o final de 2019, todos os novos processos no TRE-RS já são virtuais com a utilização da ferramenta PJe. No entanto, ainda há um pequeno passivo de pouco mais de 100 processos físicos tramitando na Justiça Eleitoral gaúcha, os quais se pretende transformar em digitais ainda em 2022.

Com este projeto, a instituição encerrará o ano com todo o seu acervo processual na forma digital, gerando economia considerável de tempo e recursos, além de promover maior acesso à Justiça e elevar os níveis de transparência da sua prestação jurisdicional.

Eleições 2022

O combate à desinformação será um dos principais desafios da Justiça Eleitoral nas Eleições de 2022. Tornar o processo eleitoral mais transparente (facilitando a fiscalização e permitindo auditorias), disponibilizar informações nos diversos meios de comunicação (campanhas em site, redes sociais, rádios e televisão) e combater as denominadas *fake news* são trabalhos já em andamento e que permitirão fortalecer a imagem institucional e aproximar a Justiça Eleitoral da sociedade.

Agilizar a totalização da eleição é uma das metas da Justiça Eleitoral e, para isto, o TRE-RS pretende utilizar da ferramenta JE-Connect, a qual permite transmitir o resultado da urna eletrônica diretamente dos locais de votação mais distantes. Tal solução objetiva reduzir o tempo total de apuração da eleição e mitigar riscos associados à logística de transporte dos dados da urna oriundos de áreas distantes ou de difícil acesso, as quais podem ficar isoladas em decorrência de fatos supervenientes ou por força da natureza.

Atualmente, o TRE-RS possui os seguintes comitês estratégicos:

- **Comitê de Comunicação:** responsável por implementar a Política de Comunicação do TRE-RS.
- **Comitê de Gestão de Pessoas:** destina-se a estudar, planejar e propor, dentro de sua área de atuação, políticas e ações voltadas aos servidores da instituição.
- **Comitê de Tecnologia da Informação:** destina-se a aconselhar sobre o direcionamento estratégico de Tecnologia da Informação (TI), analisar e determinar prioridades dos programas de investimentos em TI, monitorar o estado atual dos projetos de sua área e monitorar os níveis de serviços de TI.
- **Comitê de Atenção Prioritária ao 1º Grau:** atende aos requisitos da Resolução CNJ n. 194/2014.
- **Comitê Permanente de Segurança Institucional:** trata das questões ligadas à segurança patrimonial e de pessoal.
- **Comitê Valor Público (Núcleo Socioambiental e de Acessibilidade):** responsável por desenvolver políticas socioambientais. Atua também no sentido de promover, criar e implementar ações voltadas a assegurar à pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida sua inclusão social e o livre acesso aos serviços/produtos oferecidos.
- **Comitê de Segurança da Informação:** criado em 2021, tem como objetivo analisar, propor, divulgar e estabelecer os procedimentos de cibersegurança institucional.

Ações de Governança e Gestão

| Área | Ações |
|-------------------------------------|---|
| Governança Pública | Elaborado novo Plano Estratégico 2021-2026 |
| | Instituído o Laboratório de Inovação |
| | Executado Plano de Ação para disseminação da cultura de Gestão de Riscos |
| Governança e Gestão de Pessoas | Realização dos eventos planejados no Programa de Qualidade de Vida no Trabalho |
| | Pesquisa de Clima Organizacional |
| | Implantação do Teletrabalho |
| Governança e Gestão de TIC | Aprovado o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação |
| | Implantação do Programa Justiça 4.0 CNJ |
| | Implantação do Balcão Virtual |
| Governança e Gestão de Contratações | Elaboração do Código de Ética da área de gestão de contratações (Portaria P n. 1109/2022) |
| | Plano Anual de Contratações |
| | Desenvolvimento de novo portal de transparência das contratações |

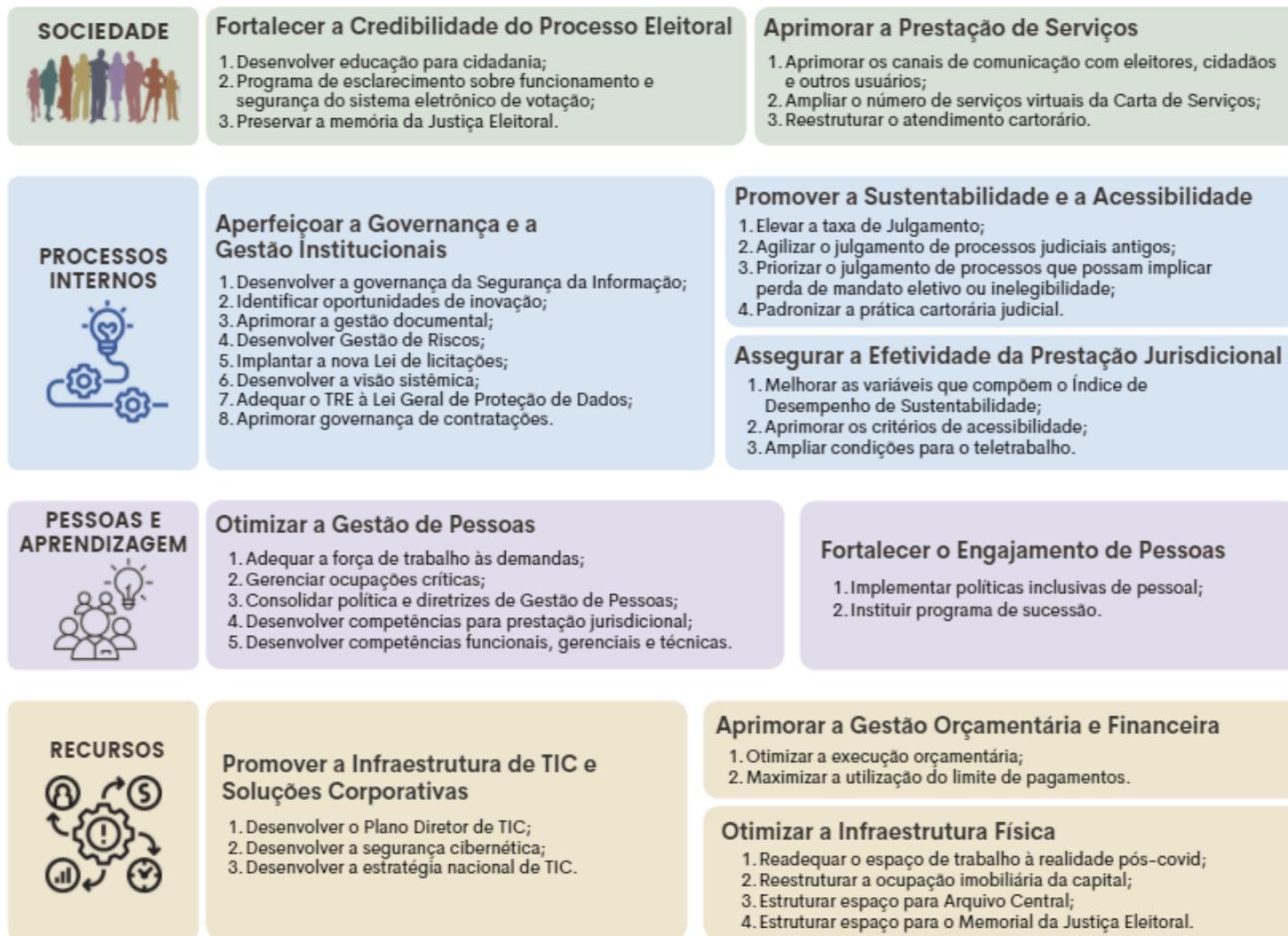
3.2. Planejamento Estratégico

O processo de Planejamento Estratégico do TRE-RS segue as diretrizes estabelecidas pelo Tribunal Superior Eleitoral e pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), responsável pela Estratégia Nacional do Poder Judiciário, sem deixar de preservar a vinculação com a realidade local e a cultura própria da instituição.

O Plano Estratégico 2021-2026, aprovado pela [Resolução TRE-RS 367/2021](#), é composto de 4 perspectivas, 10 objetivos estratégicos e as respectivas iniciativas para concretizá-los, conforme representado na imagem ao lado.

O Plano foi construído a partir do diagnóstico elaborado de forma conjunta entre administração, magistrados, servidores e sociedade. Teve como premissas o alinhamento com a Estratégia Nacional do Poder Judiciário, instituída pela [Resolução CNJ n. 325/2020](#), com as diretrizes estabelecidas pelo TSE e com a agenda 2030 da ONU, vinculando cada um dos objetivos estratégico aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

O novo Plano Estratégico, bem como os anteriores, utilizou a ferramenta *Balanced Scorecard*, instrumento de planejamento que distribui os objetivos em diferentes perspectivas, alinhando metas, indicadores e iniciativas. Temas como trabalho remoto, virtualização de serviços, otimização da força de trabalho e dos espaços físicos pautaram o planejamento para os próximos anos do TRE-RS.



3.3. Resultados e Desempenho da Gestão

3.3.1. Objetivos Estratégicos

A seguir, são apresentados os objetivos, indicadores, metas e resultados alcançados. O Plano Estratégico do TRE-RS, pelo perfil de atuação institucional, apresenta metas e indicadores para ciclos diferentes, de acordo com a sazonalidade da atividade eleitoral.

Indicadores da perspectiva Sociedade

| Objetivo Estratégico | Indicador | Meta 2021 | Resultado 2021 | Resultado do Objetivo |
|--|--|-------------|----------------|-----------------------|
| Fortalecer a Credibilidade do Processo Eleitoral | Confiança do Cidadão no Processo Eleitoral | -- | -- | 100% |
| | Eleitores Habilitados a Votar por Biometria | -- | -- | |
| | Ações de Promoção da Cidadania e de Fortalecimento da Democracia | >= 12 ações | 16 | |

Análise do resultado: as ações voltadas ao público externo buscaram ampliar os conhecimentos sobre o funcionamento do processo eleitoral, incentivar o exercício consciente da cidadania, esclarecer sobre a segurança e confiabilidade da urna eletrônica, incentivar a participação de grupos politicamente sub-representados e combater a desinformação em matéria eleitoral. Os dois indicadores ligados à eleição não foram medidos, pois 2021 não foi ano eleitoral.

| Objetivo Estratégico | Indicador | Meta 2021 | Resultado 2021 | Resultado do Objetivo |
|-----------------------------------|--|-----------|----------------|-----------------------|
| Aprimorar a Prestação de Serviços | Grau de Satisfação dos Cidadãos/Usuários | >= 80% | 91,80% | 100% |
| | Transparência e Acesso à Informação | >= 95% | 98,45% | |

Análise do resultado: os indicadores que compõem o objetivo apresentam excelentes resultados e têm-se mostrado estáveis ao longo do tempo, denotando a capacidade do TRE-RS de entregar valor à sociedade. Em 2020 a satisfação média dos usuários foi de 94,33% e a transparência atendeu a 94,74% dos critérios estabelecidos pelo CNJ.

Indicadores da perspectiva Processos Internos

| Objetivo Estratégico | Indicador | Meta 2021 | Resultado 2021 | Resultado do Objetivo |
|--|-------------------------|----------------|---------------------------------|-----------------------|
| Aperfeiçoar a Governança e a Gestão Institucionais | Prêmio CNJ de Qualidade | Categoria Ouro | Não classificado nas categorias | 0% |
| | IgovTIC-JUD (CNJ) | >= 75% | 66,64% | |

Análise do resultado: quanto ao prêmio CNJ de Qualidade, em que pese a pontuação do TRE-RS ter apresentado aumento, se comparada ao ano anterior, a instituição não alcançou pontuação suficiente para enquadramento em uma das categorias de premiação, pois esta se dá pela comparação entre os demais tribunais. Já no IgovTIC o TRE-RS alcançou o nível “aprimorado”, compatível com a meta de maturidade estabelecida pelo CNJ para os Tribunais, embora a pontuação obtida tenha ficado abaixo do esperado. Vale salientar, também, que a avaliação foi reformulada para 2021 (após o estabelecimento da meta pelo TRE-RS), implicando maiores exigências.

| Objetivo Estratégico | Indicador | Meta 2021 | Resultado 2021 | Resultado do Objetivo |
|---|---|--|-----------------------|------------------------------|
| Assegurar a Efetividade da Prestação Jurisdicional | Taxa de Julgamento - 1º Grau | 100% | 88,78% | 50% |
| | Taxa de Julgamento - 2º Grau | 100% | 93,02% | |
| | Julgamento de Processos Antigos - 1º Grau | >= 80% | 68,66% | |
| | Julgamento de Processos Antigos - 2º Grau | >= 80% | 96,82% | |
| | Julgamento dos Processos Relativos à Perda de Mandato Eletivo e/ou Inelegibilidade - 1º Grau | >= 90% (2018) >= 50% (2020) | 65,03% (2020) | |
| | Julgamento dos Processos Relativos à Perda de Mandato Eletivo e/ou Inelegibilidade - 2º Grau | >= 90% (2018) >= 50% (2020) | 100% (2020) | |

Análise do resultado: o não atingimento de algumas das metas ocorreu principalmente em razão do grande volume de processos de prestações de contas eleitorais oriundas das Eleições 2020, as quais exigem análise contábil complexa e muitos recursos (aumentando significativamente o tempo de tramitação processual). Para minimizar estas questões, foi criado o Programa de Acompanhamento das Zonas Eleitorais, que visa a buscar alternativas para agilizar o prestação jurisdicional.

| Objetivo Estratégico | Indicador | Meta 2021 | Resultado 2021 | Resultado do Objetivo |
|--|---|-----------|------------------------------|-----------------------|
| Promover a Sustentabilidade e a Acessibilidade | Índice de Desempenho de Sustentabilidade | >= 60% | 61,6% (2º entre os TRE's) | 100% |
| | Instalações Físicas Adequadas a Pessoas com Deficiência | >= 85% | 85,68% | |

Análise do resultado: o resultado, que supera a meta estabelecida, reflete as ações contínuas direcionadas a eliminar barreiras arquitetônicas (degraus, obstáculos etc.) que impedem o acesso de pessoas com deficiência aos imóveis, principalmente cadeirantes ou demais pessoas com mobilidade reduzida. Os resultados dos anos anteriores apresentam diferenças consideravelmente superiores devido à alteração da metodologia de determinação do indicador, bem como das metas a serem atingidas no novo Plano Estratégico 2021-2026.

Indicadores da perspectiva Pessoas e Aprendizagem

| Objetivo Estratégico | Indicador | Meta 2021 | Resultado 2021 | Resultado do Objetivo |
|------------------------------|---------------------------------------|-----------|----------------|-----------------------|
| Otimizar a Gestão de Pessoas | Clima Organizacional | >= 70% | 69,40% | 50% |
| | Adequação às competências individuais | >= 85% | 97,71% | |

Análise do resultado: quanto ao Clima Organizacional, embora o resultado tenha ficado levemente abaixo do esperado, houve um aumento de 9 pontos percentuais em relação ao resultado anterior, revertendo uma tendência de baixa nas pesquisas anteriores. Já em relação ao indicador de competências, com resultado bastante positivo, o TRE-RS entende que ainda há margem relevante de atuação, com ações neste sentido já estão em andamento.

| Objetivo Estratégico | Indicador | Meta 2021 | Resultado 2021 | Resultado do Objetivo |
|--|---|------------------|----------------|-----------------------|
| Fortalecer o Engajamento de Pessoas | Engajamento da Força de Trabalho | >= 4,2 | 4,43 | 100% |

Análise do resultado: embora exista um nível ainda considerado baixo de engajamento, a meta prevista para 2021 foi superada. Neste ano, inclusive, o valor obtido reverteu a tendência de queda apresentada nas pesquisas anteriores. Iniciativas, ações e projetos do Tribunal voltados ao servidor e ao fornecimento de boas condições de trabalho refletiram no resultado apresentado, embora ainda haja espaço para outras melhorias relacionadas à qualidade de vida no trabalho.

Indicadores da perspectiva Recursos

| Objetivo Estratégico | Indicador | Meta 2021 | Resultado 2021 | Resultado do Objetivo |
|---|-----------------------------|------------------|----------------|-----------------------|
| Promover a Infraestrutura de TIC e Soluções Corporativas | Cumprimento do PDTIC | >= 90% | 62,50% | 0% |

Análise do resultado: o novo PDTIC, aprovado na metade de 2021, tem forte influência da nova Estratégia Nacional de TIC do Judiciário, que incorpora novos requisitos à governança e gestão de TIC. O resultado consideravelmente abaixo do esperado expôs algumas lacunas ligadas a temas relevantes, como a segurança da informação. Neste ponto, vale ressaltar que o TRE-RS já está tomando medidas concretas para elevar seu nível de maturidade no tema, esperando melhorar os resultados futuros.

| Objetivo Estratégico | Indicador | Meta 2021 | Resultado 2021 | Resultado do Objetivo |
|--|-----------------------------------|-----------|----------------|-----------------------|
| Aprimorar a Gestão Orçamentária e Financeira | Execução orçamentária | >= 95% | 98,28% | 100% |
| | Utilização do limite de pagamento | >= 85% | 86,60% | |

Análise do resultado: objetivo cumprido com êxito, embora pesem as dificuldades impostas pela pandemia, com alterações necessárias no planejamento original.

| Objetivo Estratégico | Indicador | Meta 2021 | Resultado 2021 | Resultado do Objetivo |
|----------------------------------|------------------------------------|-----------|----------------|-----------------------|
| Otimizar a Infraestrutura Física | Adequação da infraestrutura física | >= 80% | 95,89% | 100% |

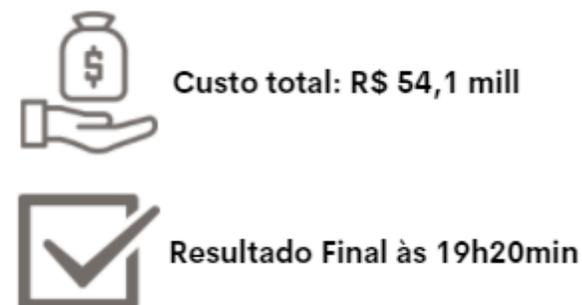
Análise do resultado: o resultado supera a meta estabelecida e é um reflexo das adequações realizadas nos imóveis ocupados pelas unidades da Justiça Eleitoral e das mudanças realizadas de cartórios para imóveis com melhores condições físicas.

3.3.2. Principais Programas, Projetos e Ações da Cadeia de Valor

Eleições

Em 2021 não houve eleições ordinárias, as quais ocorrem apenas nos anos pares. No entanto, o ano foi de análise e avaliação das [Eleições 2020](#), início do planejamento das Eleições 2022 e de [Renovação de Eleições](#) em dois municípios.

A renovação de eleição ocorre sempre que uma decisão judicial acarreta o indeferimento do registro, a cassação do diploma ou a perda do mandato de candidato eleito em pleito majoritário. No ano em questão, ocorreram apenas duas novas eleições para prefeito nos municípios de Putinga e Pinheiro Machado, ambas em 04 de julho e com aproximadamente 10,6 mil eleitores.



Quanto ao planejamento das próximas eleições gerais, é chamado de Programa Eleições 2022. Tal programa tem como objetivo coordenar projetos, planos de ação e as principais etapas dos processos de trabalho relativos à eleição, abrangendo e gerenciando todas as ações e esforços para a plena realização do pleito.

Para as Eleições 2022, o programa abrangerá 8 projetos e 13 planos de ação, conforme descrito ao lado.

Projetos



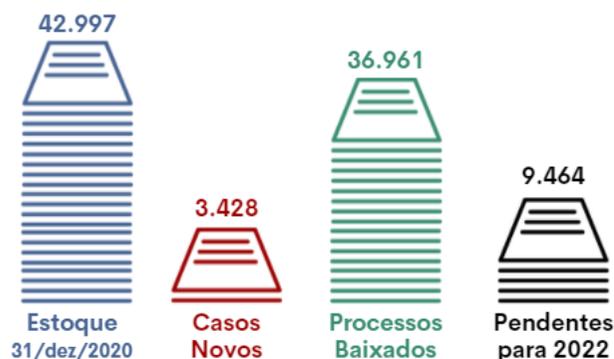
- Cadastro Eleitoral
- Auxílio alimentação para colaboradores
- Mesários
- Auxiliares de Eleição
- Comunicação Interna
- Força de Trabalho
- Segurança Sanitária
- Inclusão nas Eleições 2022

Planos de Ação



- Combate à Desinformação
- Voto do Preso Provisório
- Materiais
- Treinamentos
- Urnas
- Serviço Extraordinário
- Candidaturas
- Propaganda Eleitoral
- SOS Eleitor
- Auditorias
- Prestação de Contas
- Diplomação
- Avaliação das Eleições

Prestação Jurisdicional



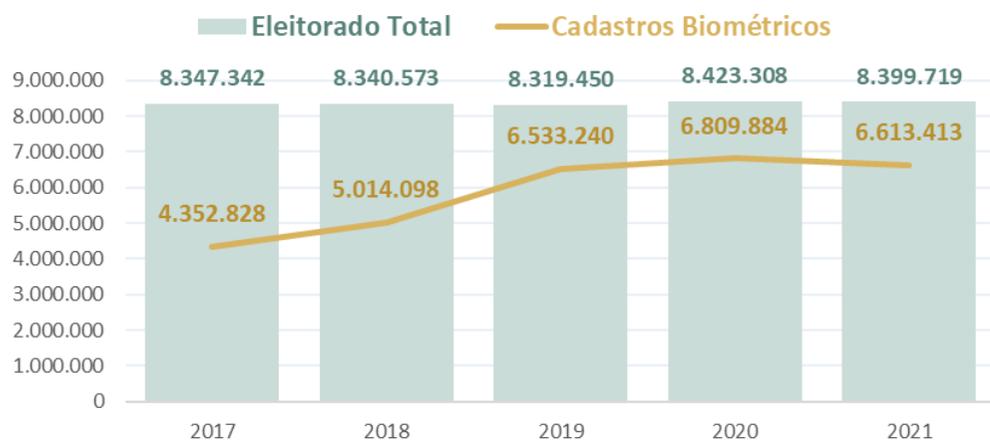
Como esperado, houve reduzido ingresso de processos em 2021, visto que não ocorreram eleições ordinárias. No entanto, o volumoso saldo remanescente das Eleições de 2020, formado por processos de prestação de contas (cuja atuação acontece somente após as eleições), transformou-se em grande desafio da atuação jurisdicional do TRE-RS. Tais processos normalmente exigem minuciosa análise contábil, demandam diversas diligências e, por vezes, tem suas decisões contestadas, dificultando que seu julgamento definitivo seja realizado no curto prazo.

Ainda referente à atuação jurisdicional, é de se destacar que, desde 2019, todos os novos processos são virtuais, o que gera economia considerável de tempo e recursos, além de promover maior acesso à Justiça e transparência de seus atos.

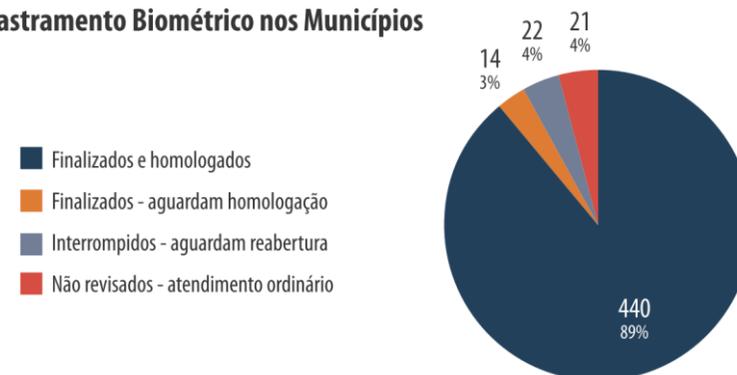
Cadastramento Eleitoral

O atendimento ao eleitor foi realizado quase em sua totalidade de forma virtual em 2021, ainda em razão da pandemia de Covid-19. No ano, houve 133.992 atendimentos por meio do [JE Digital](#), página mais moderna e eficiente, criada para concentrar os principais serviços oferecidos de forma virtual pelo TRE-RS.

Em relação ao recadastramento biométrico, projeto que objetiva dar mais segurança ao processo eleitoral, mas que está suspenso desde março de 2020 devido à pandemia, o TRE-RS apresenta os seguintes resultados:



Recadastramento Biométrico nos Municípios



3.4. Resultados das Principais Áreas de Atuação

3.4.1. Gestão Orçamentária e Financeira



Orçamento Ordinário

R\$ 351,55 = 99,79%



Orçamento de Eleições

R\$ 0,72 = 0,21%



Pessoal R\$ 0,59

Horário Extraordinário R\$ 0,59

Custeio R\$ 0,14

Manutenção de Urnas Eletrônicas R\$ 0,11

Outros (transporte de urnas, mesários e auxiliares) ... R\$ 0,03

Pessoal R\$ 294,15
Ativos R\$ 198,50
Aposentadorias e Pensões R\$ 58,62
Contribuição da União para o Regime de Previdência R\$ 37,02

Custeio R\$ 51,73
Auxílios e Benefícios a servidores R\$ 15,97
Serviços terceirizados (limpeza, vigilância, telefonia, recepção etc.) ... R\$ 9,32
Manutenções e reformas R\$ 8,41
Locação de Imóveis e equipamentos R\$ 8,18
Serviços específicos de TIC R\$ 5,03
Energia elétrica, água e esgoto R\$ 1,51
Materiais de Consumo R\$ 1,21
Estagiários permanentes R\$ 1,08
Capacitação de pessoal R\$ 0,50
Outros R\$ 0,53

Investimentos R\$ 5,67
Equipamentos de TIC R\$ 3,21
Reforma da futura sede R\$ 1,33
Móveis R\$ 0,38
Aquisição e desenvolvimento de Softwares R\$ 0,38
Outros (móveis, materiais, instalações etc.) R\$ 0,38

A execução orçamentária total apresentou redução de aproximadamente R\$ 15 milhões em relação ao exercício anterior, especialmente devido ser um ano sem eleições ordinárias. Além disso, não foi disponibilizado orçamento para o cadastramento biométrico em 2021, o qual está suspenso em razão da pandemia do coronavírus.

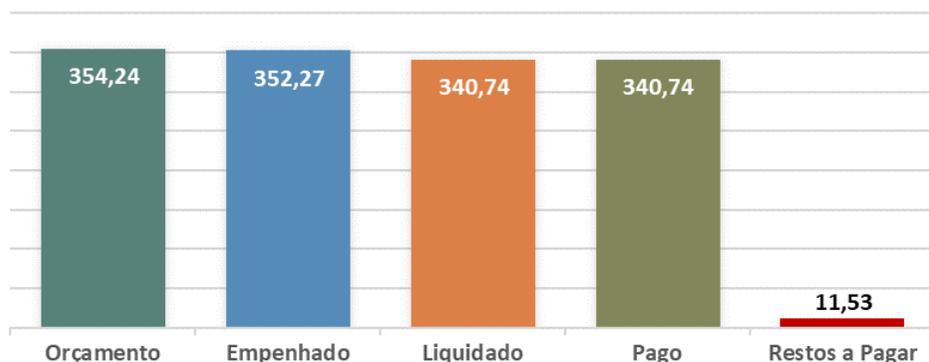
Em relação ao orçamento ordinário, houve acréscimo de mais de R\$ 13 milhões para cobrir, principalmente, os custos com a reforma da futura sede e investimentos em TI. Em contrapartida, houve redução de aproximadamente R\$ 28 milhões nos orçamentos de Eleições e de Biometria.

Especificamente sobre o ano de 2021, grande parte do orçamento refere-se a pessoal e custeio dos serviços (98,39%), enquanto os investimentos (1,61%) são focados na melhoria da infraestrutura para a prestação de serviços, principalmente equipamentos de TI.

Orçamento e Execução Orçamentária 2021

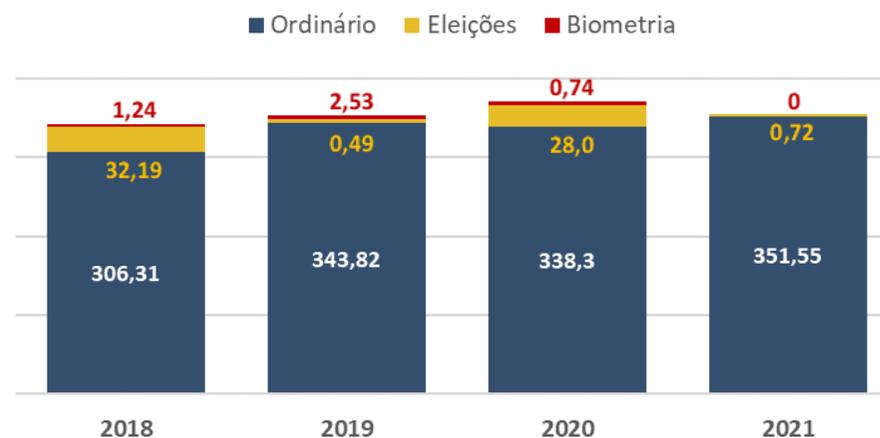
De forma geral, destacam-se a execução orçamentária de 99,44% (R\$ 352,27 milhões), frente a dotação orçamentária disponível (R\$ 354,24 milhões) e, também, o pagamento de toda a despesa liquidada dentro do próprio exercício.

Orçamento e Execução Orçamentária 2021
(valores em R\$ milhões)



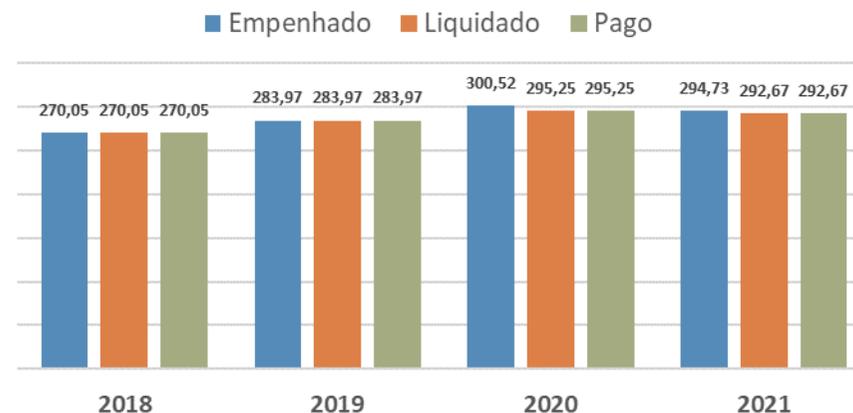
Evolução da execução orçamentária nos últimos anos

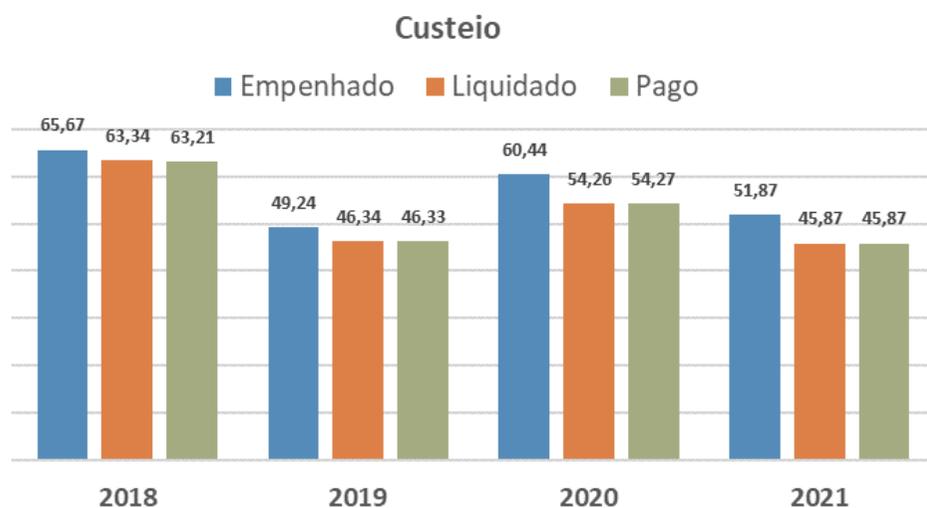
Por tipo de orçamento (em R\$ milhões)



Por grupo de despesa (em R\$ milhões)

Pessoal e Encargos

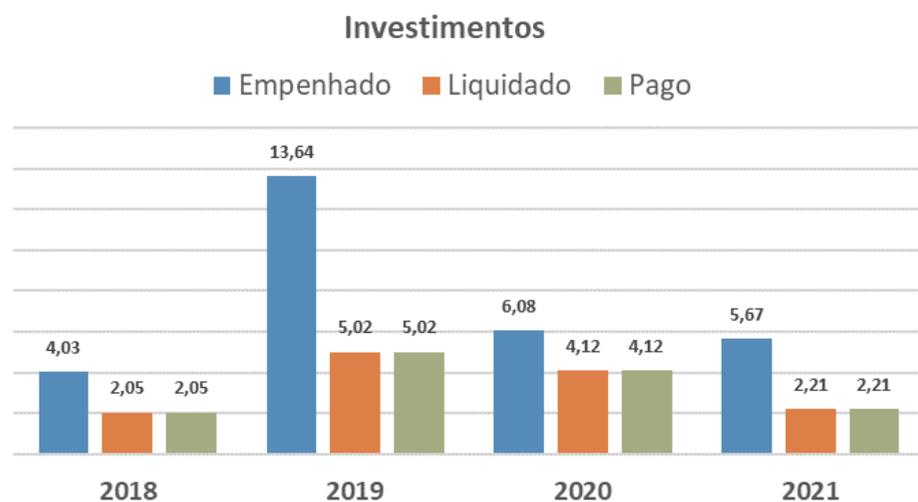




Análise das Variações do Resultado e Desempenho Financeiro

Com base na análise das **demonstrações contábeis**, é possível destacar:

- Equipamentos de Tecnologia da Informação apresentaram aumento de 23% em relação a 2020 e atualmente correspondem a 77,25% do saldo da conta de Bens Móveis.
- Houve aumento de 52,59% em instalações, referente às obras realizadas nos prédios do Tribunal, valores que serão agregados à conta edifícios. Tal aumento é reflexo das obras realizadas na futura sede do TRE-RS.
- Redução de quase R\$ 15 milhões nas despesas orçamentárias em relação a 2020, em razão, principalmente, da não realização de eleições ordinárias em 2021.



Principais Metas não alcançadas, desafios e ações futuras

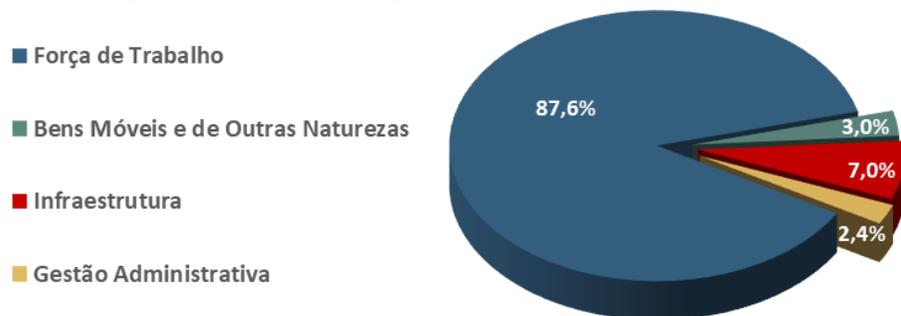
As principais metas orçamentárias programadas para 2021 (assegurar disponibilidade orçamentária para realização das Eleições, manutenção da estrutura da Justiça Eleitoral Gaúcha e os recursos necessários para a continuidade da reforma da futura sede do TRE-RS) foram alcançados com êxito. A única exceção foi a suspensão da biometria por conta da pandemia do coronavírus.

Os desafios e ações futuras consistem em planejar e garantir o orçamento necessário para a conclusão do cadastramento biométrico do estado, o planejamento e a execução das Eleições Gerais de 2022, e o orçamento para a manutenção da infraestrutura da Justiça Eleitoral, diante das perspectivas orçamentárias desfavoráveis.

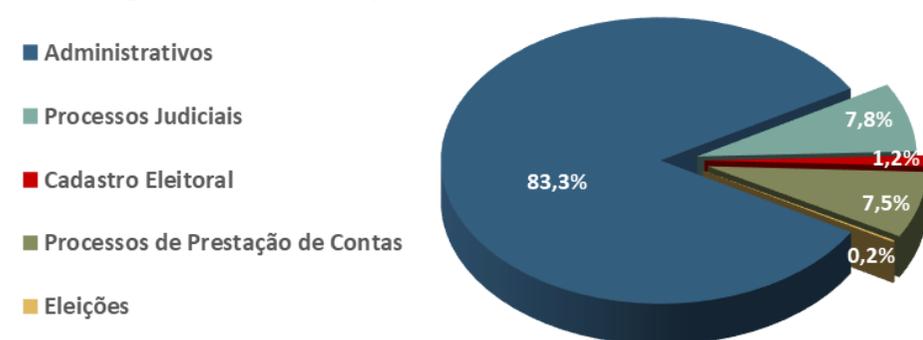
3.4.2. Gestão de Custos

A apuração de custos na Justiça Eleitoral é responsabilidade do Tribunal Superior Eleitoral e está regulamentada pela [Resolução TSE nº 23.504/2016](#). Além deste normativo, a gestão de custos também é direcionada pela Lei anual de Diretrizes Orçamentárias – LDO ([Lei n. 14.116/2020](#)) e pela Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF ([Lei Complementar n. 101/2000](#)).

Custos por natureza do gasto



Custos por atividades (serviços)



[Relatório completo sobre a Gestão de Custos neste link.](#)

3.4.3. Gestão de Pessoas

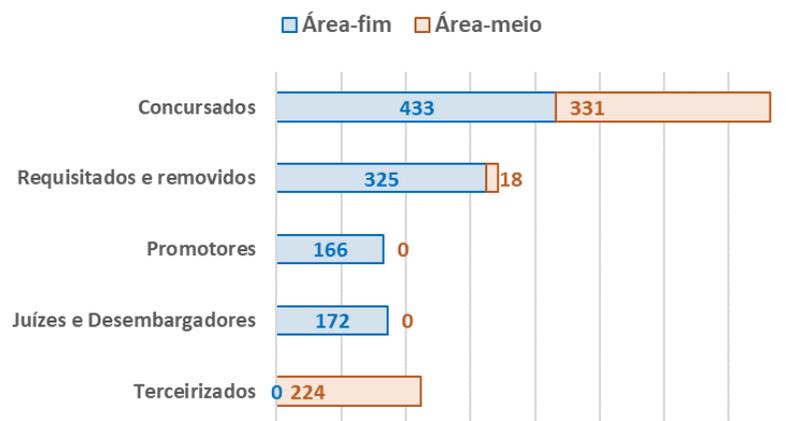
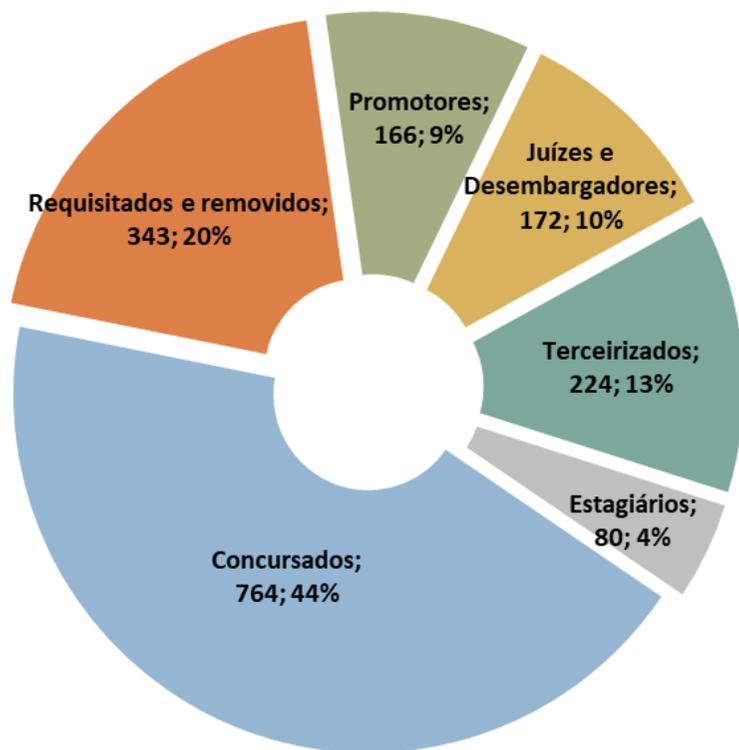
Conformidade Legal

As principais normas são a [Lei n. 8.112/1990](#) e as diversas diretrizes externas expedidas pelo TSE, CNJ e TCU. Além disso, o TRE-RS dispõe de normativos infralegais (portarias, resoluções, instruções e entendimentos administrativos) que versam sobre os temas relacionados à gestão de pessoas. Quanto à folha de pagamento, fonte da maior despesa do TRE-RS, além dos controles externos mencionados, existem diversos outros internos exercidos pelas secretarias de gestão de pessoas, de orçamento e finanças e de auditoria interna (esta também realiza auditorias de conformidade, de riscos e de apoio à gestão de pessoas).

Avaliação da Força de Trabalho

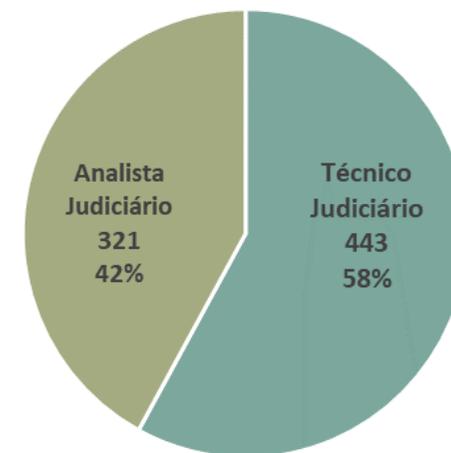
O TRE-RS possui quadro próprio de servidores, os quais são providos por meio de concurso público. Além destes servidores, a instituição conta ainda com diversas outras classes de trabalhadores, os quais possuem vínculo temporário com o TRE-RS e exercem suas funções majoritariamente na área-fim. Os números relativos à força de trabalho revelam que, além do quadro efetivo, há uma necessidade de complemento de pessoal por meio de requisições e estagiários para atender as demandas permanentes e, principalmente, as sazonais, como a realização das eleições e o recadastramento biométrico.

Força de Trabalho

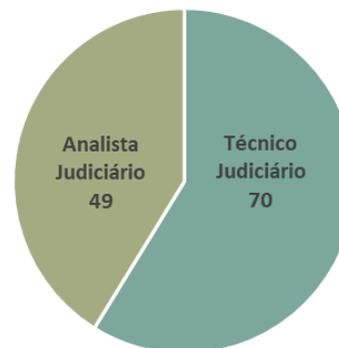


Quanto ao quadro próprio, são 795 cargos existentes, dos quais 11 estão vagos e outros 20 encontram-se atualmente removidos / cedidos para outros Tribunais, restando 764 servidores que estão efetivamente exercendo suas funções no TRE-RS.

Quadro próprio de servidores



Aposentadorias previstas nos próximos 5 anos



Gênero



Escolaridade

| Médio | Superior | Especialização | Mestrado | Doutorado |
|----------|------------|----------------|----------|-----------|
| 22 3% | 147 19% | 317 41% | 38 5% | 3 0,4% |

Faixa Etária

| até 30 | 31 a 40 | 41 a 50 | 51 a 60 | acima de 60 |
|----------|------------|------------|------------|-------------|
| 22 3% | 147 19% | 317 41% | 230 30% | 48 6% |

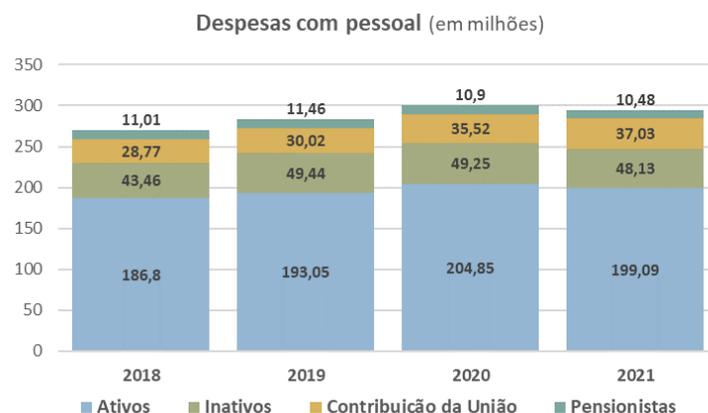
Outras informações sobre a força de trabalho podem ser encontradas neste link.

Estratégia de Recrutamento e Alocação de Pessoas

O recrutamento externo para o quadro de servidores acontece por meio de concurso público. Os cargos em comissão são ocupados quase em sua totalidade por concursados. Magistrados e Promotores são definidos de acordo com os artigos 25 e 27 do [Código Eleitoral](#). Os requisitados ([Lei nº 6.999/1982](#) e [Lei nº 13.328/2016](#), art. 105), estagiários (seleção realizada pelos gestores da instituição) e terceirizados (empresa vencedora da licitação) são contratados conforme a necessidade. A movimentação interna e a lotação de servidores leva em conta as necessidades das unidades e a disponibilidade de vagas, nos termos da [IN-DG n. 18/2015](#). Pode ocorrer pelo interesse da administração ou mesmo utilizando a lotação por competências, que considera as especificações da função e as questões técnicas, gerenciais e comportamentais exigidas pela unidade. As vagas existentes são abertas a todos os servidores, sendo que o critério de seleção se baseia especialmente no perfil de competências do candidato.

Detalhamento da Despesa com Pessoal

A leve redução percebida nos gastos com pessoal, se comprados ao ano de 2020, deve-se basicamente a não realização de eleições ordinárias, as quais ensejam gastos com serviço extraordinário.



Estratégia de Valorização por Desempenho

A avaliação de desempenho por competências no TRE-RS é realizada durante o estágio probatório, ao longo da progressão/promoção funcional e, também, na avaliação anual dos demais servidores que já se encontram no nível final da carreira. O atual modelo permite uma maior customização dos critérios de acordo com as necessidades de cada unidade. A ferramenta tem sido valiosa no sentido de revelar lacunas relativas às competências comportamentais, técnicas e gerenciais, possibilitando um melhor direcionamento dos planos de capacitação.

A legislação que dispõe sobre as carreiras dos servidores do Poder Judiciário da União ([Lei n. 11.416/2006](#), alterada pela [Lei n. 13.317/2016](#)) não possui previsão de ganhos atrelados ao desempenho. Entretanto, entende-se que o desempenho pode vir a ser utilizado em outras iniciativas que promovam a meritocracia, como a designação a cargos de chefia e assessoramento.

[O quantitativo, tipos e ocupação dos cargos e funções de confiança podem ser acessados neste link.](#)

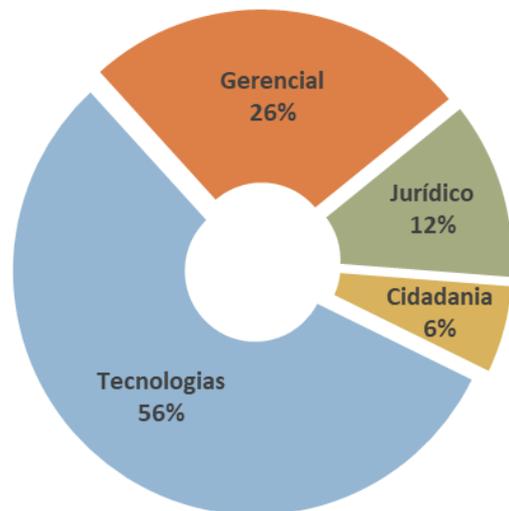
Capacitação

O TRE-RS norteia suas ações de capacitação para o desenvolvimento de lacunas e oportunidades de melhorias em competências técnicas, gerenciais e comportamentais, buscando a persecução dos [objetivos estratégicos da Organização](#). Nesse sentido, o principal instrumento de planejamento das ações de capacitação é o [Plano Anual de Trabalho e Capacitação](#), alinhado ao [Projeto Pedagógico institucional da Escola Judiciária Eleitoral](#).

Em 2021, com um orçamento de R\$ 502 mil, o TRE-RS promoveu 217 ações de capacitação, totalizando 2.154 horas de treinamento.

Ao todo, foram 4.487 participações em capacitações, atingindo 843 servidores, 4 magistrados e 22 estagiários.

Foram priorizados os eixos temáticos conforme figura ao lado.



Teletrabalho e Trabalho Remoto

O TRE-RS implementou o regime de teletrabalho no segundo semestre de 2019 (Resolução TRE-RS n. 332/2019 e atualmente). Desde então, estava em curso um projeto-piloto com 18 servidores, visando sua posterior ampliação. No entanto, a pandemia acabou por impor o regime de trabalho remoto para praticamente todas as equipes do TRE-RS, exigindo adequações de curto prazo.

Mesmo diante das dificuldades, o TRE-RS conseguiu adaptar-se à nova realidade de trabalho prestando suporte a seus servidores, disponibilizando equipamentos e acesso aos sistemas, [virtualizando serviços aos cidadãos](#) e realizando com considerável sucesso as Eleições Municipais 2020.

Atualmente, a modalidade de teletrabalho está regulamentada pela [Resolução TRE-RS n. 363/2021](#) e [Instrução Normativa TRE-RS n. 82/2021](#) e contempla cerca de 50% da força de trabalho da instituição, sem que haja qualquer prejuízo ao atendimento à população ou à oferta de seus serviços. Nota-se, também, dentre outros benefícios, ganho em qualidade de vida para os servidores e economia de recursos aos cofres públicos.

Principais Desafios e Ações Futuras

O dimensionamento da força de trabalho, projeto que estava em andamento até o surgimento do coronavírus, já está sendo repensado em razão das novas necessidades e condições laborais impostas pela COVID-19. Além deste desafio, outros terão que ser enfrentados, tais como:

- como manter servidores e colaboradores motivados e engajados no teletrabalho?
- as capacitações à distância agregarão os mesmos resultados do que as realizadas presencialmente?
- como preparar a sucessão de funções críticas com o teletrabalho?

Já as ações futuras referem-se principalmente à:

- Adequar a força de trabalho às demandas;
- Gerenciar ocupações críticas;
- Instituir programa de sucessão.
- ampliar as ações de cidadania com foco nas eleições de 2022.

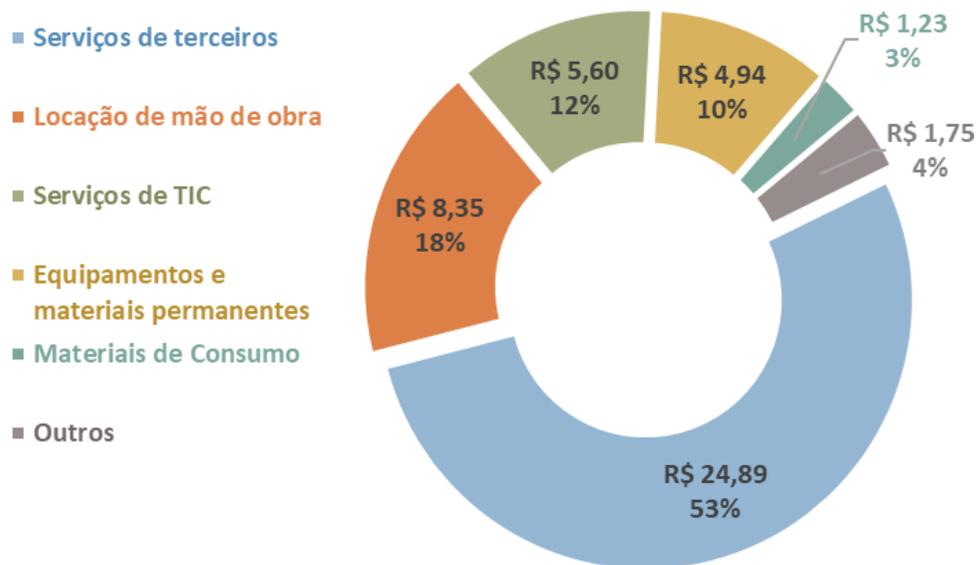
3.4.4. Gestão de Licitações e Contratos

Conformidade Legal

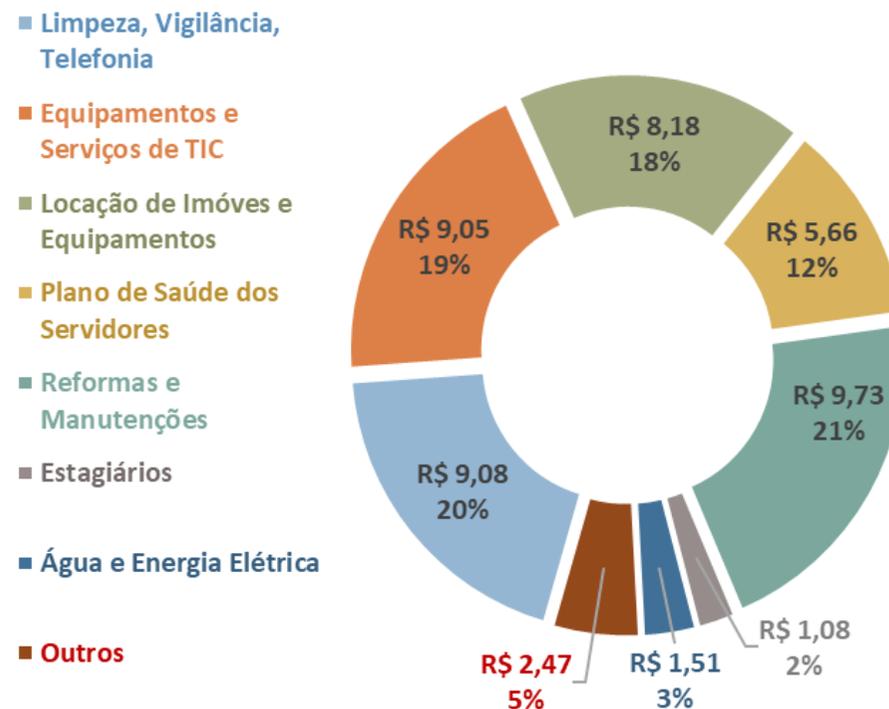
As principais normas são: Leis Federais n. [8.666/1993](#), [10.520/2002](#) e [13.979/2020](#), Decretos n. [7.174/2010](#), [7.892/2013](#), [9.412/2018](#) e [10.024/2019](#), Resolução TRE-RS n. [322/2019](#), Instruções Normativas da Presidência n. [54/2019](#), [56/2019](#) e [85/2021](#) do TRE/RS e, por fim, Instruções Normativas DG TRE-RS n. [23/2019](#) e [25/2020](#).

Despesas com contratações: R\$ 46,76 milhões

Contratações por Natureza (em milhões)



Contratações por Finalidade (em milhões)



Contratações Diretas: R\$ 11,91 milhões

Representam 25,47% do total gasto em contratações no ano e seus objetos e situações enquadram-se nos artigos 24 e 25 da [Lei n. 8.666/93](#). Os principais tipos de contratações diretas são aluguéis de imóveis, energia elétrica, serviços postais, trabalhos técnicos, entre outros.

[Mais informações sobre as contratações diretas neste link.](#)

[Detalhes sobre todos os contratos vigentes neste link.](#)

Contratações mais relevantes

| Objeto | Valor (em R\$ milhões) | Objetivo Estratégico | Justificativa |
|---|---------------------------|--|---|
| Serviços diversos de readequação predial (futura sede). | 6,08 | Otimizar a infraestrutura física | Adequação da futura sede da Justiça Eleitoral do Rio Grande do Sul, garantindo condições de trabalho adequadas e atendimento satisfatório ao público. |
| Plano privado de assistência médica aos servidores (Unimed) | 5,66 | Fortalecer o engajamento de pessoas | Oferecer serviço de saúde qualificado aos servidores, proporcionando melhorias na qualidade de vida, diminuindo, assim, o absenteísmo |
| Limpeza e conservação nos cartórios eleitorais do estado. | 5,45 | Otimizar a infraestrutura física | Manter a qualidade do ambiente de trabalho aos servidores e ao público nos cartórios eleitorais |
| Serviços de comunicação e armazenamento de dados e redes. | 3,16 | Promover a Infraestrutura de TIC e Soluções Corporativas | Promover a conexão de dados entre os cartórios eleitorais e o prédio-sede. |

Desafios e Ações Futuras

Constituem desafios e ações para o futuro as contratações relacionadas às Eleições 2022, a implementação da nova [Lei de Licitações e Contratos](#), a adequação da publicidade dos atos contratuais à [Lei Geral de Proteção de Dados](#), bem como a adaptação do macroprocesso de contratação à realidade pós-pandemia.

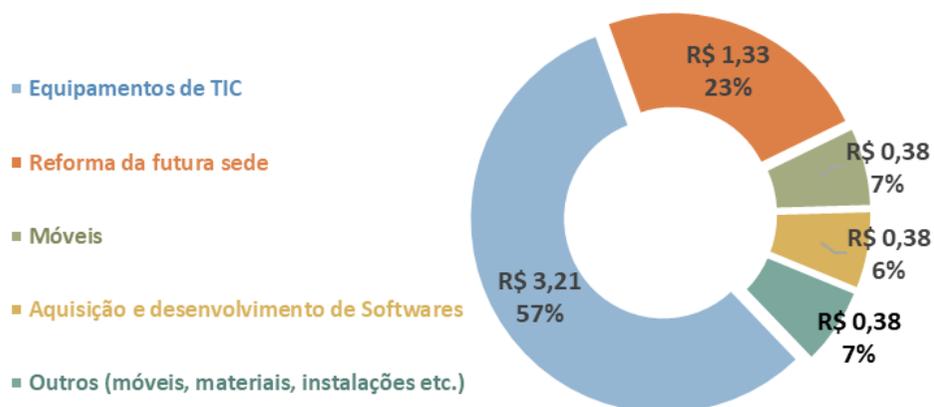
Além destes, o Tribunal buscará novas práticas sustentáveis que envolvam gestão de resíduos sólidos, produção própria de energia por sistemas solares (já iniciado em 2021) e eficiência no uso de água e energia.

3.4.5. Gestão Patrimonial e de Infraestrutura

Conformidade Legal

As principais normas são: Leis n. 4.320/64 e 14.133/2021, Decreto n. 9.373/2018, Resolução TRE-RS n. 322/2019 e Instruções Normativas TRE-RS P n. 18/2010, 63/2020 e 85/2021.

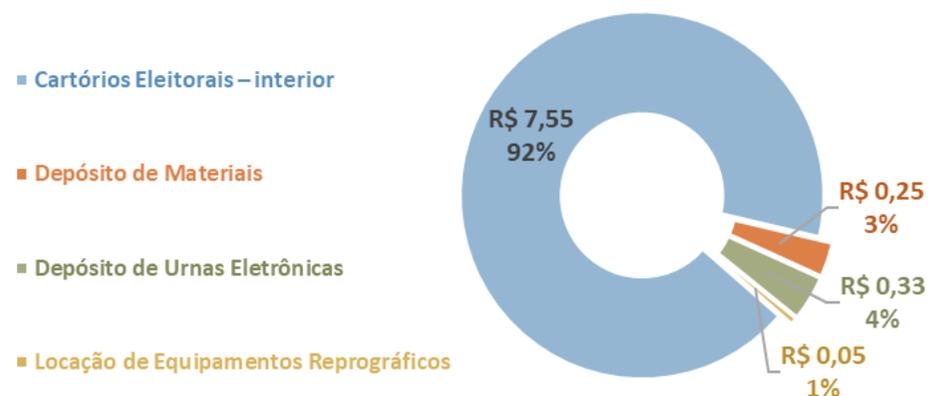
Investimentos de Capital: R\$ 5,67 milhões



Desfazimento de Ativos

Foram 1.373 itens, totalizando R\$ 45.061,67. A baixa patrimonial ocorreu sob forma de doação para 1.368 itens (R\$ 44.802,89) e por destinação – bens cuja recuperação é considerada impossível ou inconveniente pela Administração – para 5 itens (R\$ 258,78). Dentre as doações, destacam-se: 1.134 itens (R\$ 36.719,03) para a Cooperativa de Trabalho e Reciclagem Campo da Tuca – COOPERTUCA e 87 Itens (R\$ 1.953,41) para a Prefeitura Municipal de Alvorada.

Locações de Imóveis: R\$ 8,17 milhões



Principais desafios e Ações Futuras

Readequar os espaços de trabalho à realidade pós-covid, reestruturar a ocupação imobiliária da capital, estruturar os espaços para o Arquivo Central e o Memorial da Justiça Eleitoral.

3.4.6. Gestão de Tecnologia da Informação

Conformidade Legal

O TRE-RS observa e aplica as regras e diretrizes estabelecidas pelo CNJ, TSE e normativos próprios para assegurar a conformidade legal da gestão de tecnologia da informação.

Governança de TI

É definida pela [Resolução TRE-RS n. 272/2015](#), que institui duas instâncias:

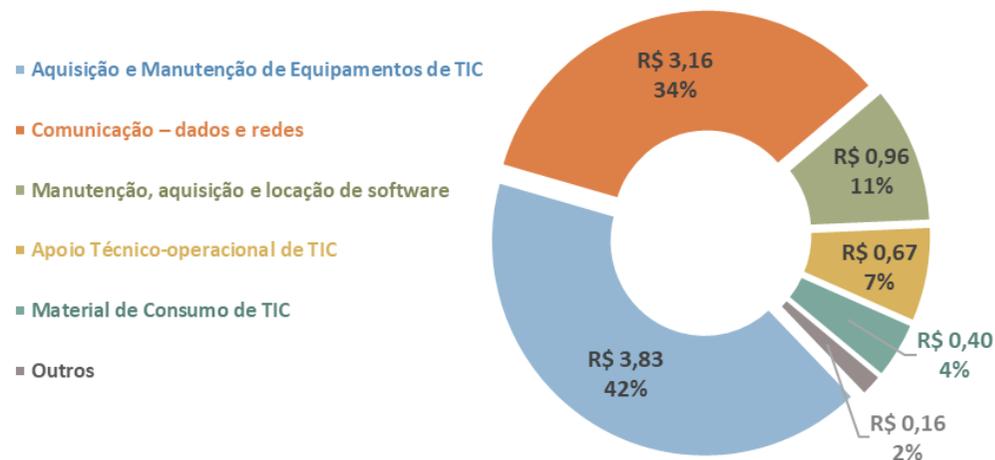
Comitê de TI: composto por representantes da alta administração, é responsável pela definição de diretrizes, acompanhamento da gestão de TI e, especialmente, priorização de investimentos em contratações;

Comissão Executiva de TI: composta por servidores da área, apoia o comitê e a secretaria de TI em decisões relativas à infraestrutura, proposta orçamentária e planos de contratação.

Contratações mais relevantes

- Comunicação de dados (R\$ 2,54 milhões): são 143 conexões de fibra ótica (de 10 e 20 Mbps) que interligam todos os pontos de atendimento da Justiça Eleitoral no estado;
- Aquisição de notebooks (R\$ 1,15 milhão): foram 190 computadores portáteis para suprir a necessidade de atualização do parque tecnológico.

Recursos aplicados em TI: R\$ 9,19 milhões



Principais Iniciativas e Resultados na Área de TI

| Macroprocesso | Iniciativa | Resultados |
|-------------------------|---|--|
| Governança | Estruturação da segurança da informação | Criação da Assessoria de Segurança da Informação, também responsável pela governança da gestão da privacidade de dados pessoais. |
| Prestação Jurisdicional | Atualização do Sistema de Informações Eleitorais - SIEL | Modernização do sistema nacional de disponibilização de informações eleitorais para autoridades judiciárias, com integração à Identidade Civil Nacional e melhoria da segurança da aplicação |
| | Gestão de estatísticas processuais | Aperfeiçoamento da aplicação (Atena) de extração, análise e envio de informações processuais ao CNJ (Datajud). |
| Cadastramento eleitoral | Atendimento virtual de eleitores | Criação da plataforma JE Digital, com ampliação da virtualização da carta de serviços do TRE e estruturação do atendimento ao cidadão. |

Segurança da Informação

O TRE-RS tem empreendido esforços para elevar sua maturidade em segurança da informação.

Neste sentido, várias ações foram iniciadas com o objetivo de implementar controles estabelecidos pela [Política de Segurança da Informação](#) e ampliar a segurança de dados e sistemas, tais como:

- criação do Comitê de Segurança da Informação e Proteção de Dados Pessoais, composto por representantes das diversas unidades do TRE-RS, tem como objetivo propor estratégias, normas, planos e procedimentos para proteção de dados e sistemas;
- criação da Assessoria de Segurança da Informação, a fim de coordenar e estruturar as ações de implementação das diretrizes contidas na política de segurança da informação;
- reformulação da Equipe de Tratamento de Incidentes de Rede, a qual é responsável por receber, analisar, classificar, tratar e responder às notificações e atividades relacionadas a incidentes de segurança em redes;
- criação do Comitê de Crises Cibernéticas, cujo objetivo é analisar e direcionar as ações da instituição em casos extremos de violação de informações ou ataques cibernéticos a sistemas da Justiça Eleitoral gaúcha.

Principais Desafios e Ações Futuras

Conclusão do cadastramento biométrico: suspenso em 2020, o projeto deve ser retomado após as eleições de 2022, exigindo grande esforço da instituição. A Justiça Eleitoral tem firmado convênios com outros órgãos públicos para compartilhamento de dados (incluindo fotos e digitais), o que agilizaria a conclusão do cadastramento, evitando a convocação de um grande contingente de pessoas.

Ampliação do atendimento virtual: houve grande avanço em 2021 com a criação do [JE Digital](#). A plataforma está sendo aperfeiçoada para abranger ainda mais serviços e garantir maior agilidade e conveniência ao eleitor.

Fortalecimento da segurança cibernética: com a proximidade das Eleições, a Justiça Eleitoral torna-se alvo de ataques cibernéticos. Por mais que estes ataques não afetem o resultado das eleições (devido a robustez do sistema eletrônico de votação), a credibilidade da instituição pode ser afetada. Com isso, o TSE estabeleceu a Estratégia Nacional de Cibersegurança que, com o apoio da estrutura de segurança da informação dos TRE's, consolida e protege dados e sistemas da Justiça Eleitoral de todo o país.

3.4.7. Sustentabilidade

O TRE-RS possui uma [Política de Responsabilidade Socioambiental](#), a qual estabelece diretrizes, objetivos e atribuições da instituição em relação ao tema. Por meio do Comitê Valor Público – Núcleo Socioambiental e de Acessibilidade, o TRE-RS fomenta padrões de consumo sustentáveis, descarte adequado de resíduos, uso de material de forma responsável, ampliação contínua da acessibilidade, inclusão e convivência solidária.

Crítérios de Sustentabilidade utilizados nas Contratações e Aquisições

- Para compra de equipamentos elétricos/eletrônicos, é requerida a classificação “A” de eficiência energética, no intuito de gerar um menor consumo de recursos naturais. Os aparelhos de ar-condicionado devem também utilizar exclusivamente gás ecológico, que não agride a camada de ozônio.

- A logística reversa é sempre uma condição para as contratações de cartuchos de toners, pilhas e baterias, de acordo com a [Lei nº 12.305/2010](#), que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos. O descarte correto desses insumos é assegurado pela administração, sem ônus para o Tribunal, por meio de parcerias com instituições de reciclagem.
- O mobiliário de madeira adquirido precisa ser confeccionado com insumos provenientes de manejo florestal responsável ou reflorestamento, mediante comprovação por meio de certificado.
- No caso do papel, é necessária a apresentação da certificação da origem da madeira, comprovando a proveniência de florestas renováveis. Os envelopes timbrados, por sua vez, exigem papel sulfite ou *kraft* reciclado.

Ações para Redução do Consumo de Recursos Naturais

A instituição elaborou novo [Plano de Logística Sustentável](#) em 2021, que seguiu as diretrizes estabelecidas pela [Resolução CNJ n. 400/2021](#). Nesse plano, foram propostos os indicadores e metas para o desempenho socioambiental do TRE-RS.

No âmbito interno, o Comitê Valor Público realiza diversas ações com vistas à orientação de servidores para que reduzam o consumo de materiais e adotem práticas sustentáveis, sempre visando o atendimento do que foi estabelecido no PLS.

Salienta-se que a Pandemia de COVID-19, assim como ocorreu em 2020, ainda acarretou distorções nos indicadores socioambientais, tendo em vista, principalmente, a expressiva continuidade do trabalho remoto em diversas unidades do TRE-RS. No entanto, com o retorno ao trabalho presencial, a maioria dos indicadores socioambientais tendem a retornar aos patamares de 2019.

Alguns resultados alcançados em 2021 acerca da sustentabilidade estão expostos a seguir.



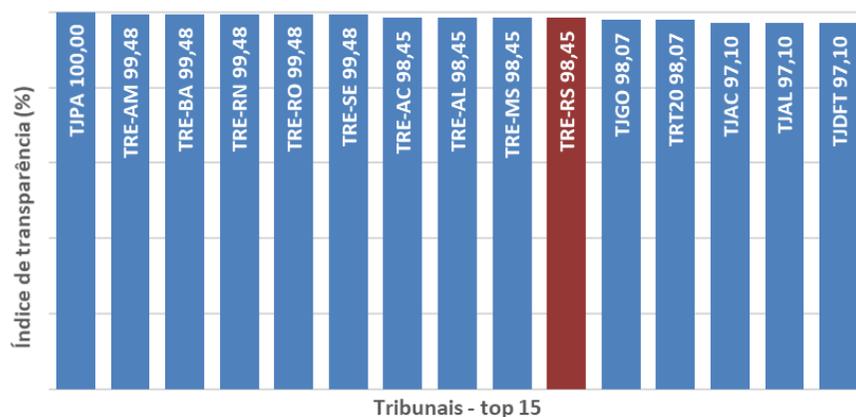
Resultados mais detalhados sobre os indicadores de Sustentabilidade podem ser obtidos no [Relatório PLS 2021](#).

3.4.8. Outros Resultados da Gestão

Ranking da Transparência

O Ranking da Transparência do Poder Judiciário tem como objetivo estimular os órgãos a disponibilizarem suas informações de forma mais clara e padronizada à sociedade e, assim, facilitar o acesso aos dados dos tribunais brasileiros.

Em 2021, o TRE-RS atendeu a 98,45% dos critérios definidos pelo CNJ, alcançando o sétimo lugar no ranking.



Prêmio CNJ de Qualidade

O Prêmio visa a estimular os tribunais brasileiros na busca pela excelência na gestão e planejamento; na organização administrativa e judiciária; na sistematização e disseminação das informações e na produtividade.

O desempenho dos tribunais é avaliado com base em critérios distribuídos em quatro eixos temáticos: governança, produtividade, transparência, e dados e tecnologia.

Em 2021, o TRE-RS atendeu a 78,95% dos requisitos.

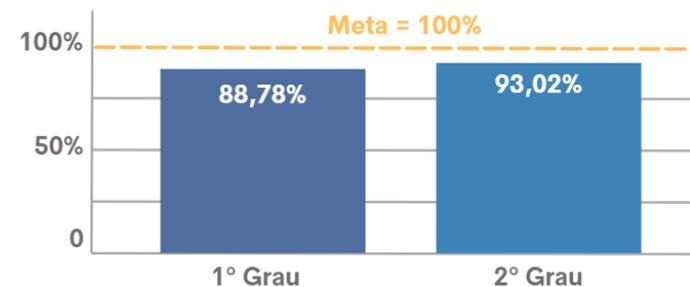
Metas Nacionais do Poder Judiciário

As Metas CNJ são definidas anualmente e buscam o alinhamento da justiça em prol de sua missão e sua visão de futuro. Coube à Justiça Eleitoral cumprir cinco metas nacionais e uma específica em 2021, cujos resultados são apontados a seguir.

[Outras estatísticas e resultados podem ser encontrados neste link.](#)

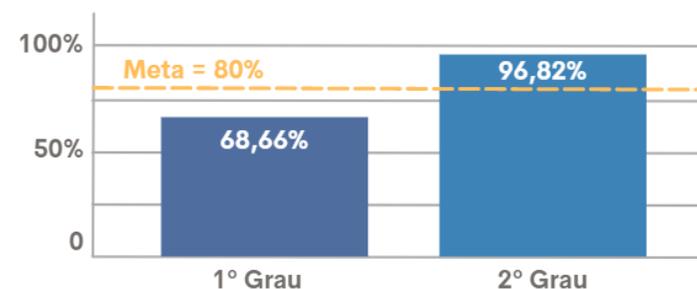
Meta Nacional 1

Julgar mais processos do que os distribuídos.



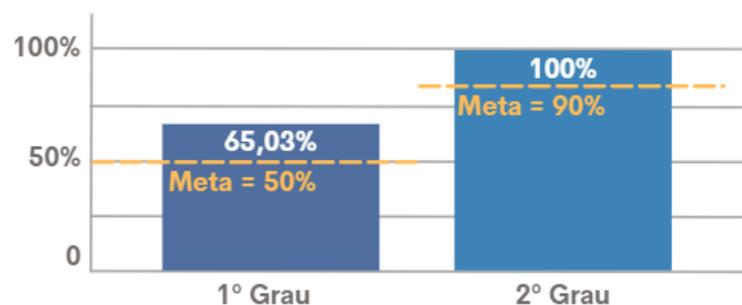
Meta Nacional 2

Identificar e julgar, até 31/12/2021, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2019.



Meta Nacional 4

Identificar e julgar, até 31/12/2021, 90% dos processos referentes às eleições de 2018 e 50% dos processos referentes às eleições de 2020, distribuídos até 31/12/2020, que possam importar na perda de mandato eletivo ou inelegibilidade.



Meta Nacional 9

Realizar ações de prevenção ou desjudicialização de litígios voltadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) da Agenda 2030.



Resultado: realizadas 2 ações referentes ao ODS 5 – igualdade de gênero

Meta Nacional 10

Realizar exames periódicos de saúde em 25% dos servidores e promover pelo menos uma ação com vistas a reduzir a incidência de casos de uma das cinco doenças mais frequentes constatadas nos exames periódicos de saúde ou de uma das cinco maiores causas de absenteísmos do ano anterior.



Resultado:

- 31,7% dos servidores realizaram exames periódicos.
- 3 ações realizadas para reduzir doenças.

Meta Específica

Promover campanhas voltadas ao eleitor para ampliar os conhecimentos sobre funcionamento do processo eleitoral.



Resultado: 2 campanhas veiculadas

4. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

4.1. Situação Financeira Contábil e Evolução no Exercício



Comparando-se 2020 e 2021, a redução orçamentária diz respeito, basicamente, à não realização de eleições ordinárias no último ano.

A execução orçamentária apresentou leve aumento (de 98,05% para 99,44%), em que pesem as adversidades enfrentadas devido à pandemia.

4.2. Principais Fatos Contábeis relativos à Situação Financeira

Considerando que 83,67% do orçamento está concentrado em custeio de pessoal, há pouca margem para fatos contábeis relevantes em termos de materialidade. Em 2021, especialmente, não houve destaques nas [demonstrações contábeis](#).

4.3. Estrutura Contábil

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, possui em sua estrutura contábil interna a Unidade Gestora Executora (UG n. 070021)

e a Unidade Gestora de Auditoria (UG n. 070053). Tais unidades têm funções segregadas quanto às operações relacionadas à gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

A Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF - UG n. 070021), sob responsabilidade do servidor Francisco Alexandre Bertolo Kausch, CRC/RS n. 42.449, possui três áreas com atividades segmentadas, sendo uma responsável pela emissão de empenhos, outra responsável pela liquidação e pagamentos e uma terceira responsável pela conformidade dos registros de gestão.

A área responsável pela conformidade dos registros de gestão não realiza registros contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI). Os procedimentos inerentes à conformidade dos registros de gestão certificam a existência de documentos hábeis que suportam os registros dos atos e fatos da execução orçamentária, financeira e patrimonial.

Já o registro da conformidade contábil, atividade inerente à setorial contábil, é realizado por contador, servidor Alexandre de Azambuja - CRC/RS n.078845/O, lotado na Secretaria de Orçamento e Finanças.

Adicionalmente, no encerramento contábil de cada mês, a setorial contábil examina o balancete contábil e efetua consulta aos auditores de rotina contábil do SIAFI. Ainda, no decorrer do exercício, são realizadas auditorias pela Secretaria de Auditoria Interna que têm como objetivo o exame da execução contábil, orçamentária e financeira da Instituição.

Por fim, salienta-se que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI, regidos pela Lei nº. 4.320/1964 e pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, relativas ao exercício de 2021, refletem nos seus aspectos mais relevantes, a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Tribunal de Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul.

GLOSSÁRIO

Balanced Scorecard: instrumento de planejamento estratégico no qual se definem as metas e estratégias da organização, com o objetivo de medir seu desempenho por meio de indicadores quantificáveis, verificáveis e balanceados em diferentes perspectivas.

Biometria: projeto criado com o objetivo de aumentar a segurança da votação. Busca identificar e verificar a impressão digital do eleitor, garantindo que cada cidadão seja único no cadastro eleitoral.

Cadeia de valor: representa as grandes atividades pelas quais a organização cumpre a sua missão.

Clima organizacional: indica o nível de satisfação dos colaboradores de uma organização em relação a diferentes aspectos da sua cultura, ambiente e processos de trabalho.

Competências organizacionais: conjunto de conhecimentos e capacidades necessários à execução da estratégia definida pela organização.

Comunicação interna: comunicação efetiva entre integrantes de uma organização. Pode ser desenvolvida com conjunto de ações que facilitem a transmissão de mensagens.

Conformidade contábil: certificação dos demonstrativos contábeis gerados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), por meio de análises dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

COVID-19: doença causada pelo coronavírus denominado SARS-COV-2.

Fake news: expressão em língua inglesa, traduzida como 'notícias falsas'. Sua prática consiste na distribuição de desinformação ou boatos por meio da mídia tradicional e das redes sociais.

Governança: conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.

Governança de TI: é parte da Governança Corporativa e é formada pela liderança, estruturas organizacionais e processos que garantem que a TI sustente e melhore a estratégia e objetivos da organização.

Mapa estratégico: diagrama usado para registrar os objetivos estratégicos que estão sendo seguidos por uma organização.

Matriz de materialidade: é uma ferramenta que ajuda a identificar temas realmente relevantes para a organização.

Mídias: conjunto de meios de comunicação social, tais como jornais, revistas, rádio, cinema, televisão e internet.

Modelo de Negócio: o modelo de negócio determina o produto ou serviço que uma organização produzirá ou fornecerá, o método de produção, o seu público-alvo e suas fontes de receita.

Processos de apoio: os processos de apoio, como o nome diz, dão apoio aos processos de negócio ou essenciais, são focalizados na organização e não no cliente, e têm como responsabilidade viabilizar a estrutura necessária para que os processos essenciais, de negócio ou primários funcionem.

Processo eleitoral: o processo eleitoral diz respeito às fases organizativas das eleições, compreendendo também um breve período posterior. É organizado pela Justiça Eleitoral (JE), em nível municipal, estadual e federal.

Processos finalísticos: são processos de trabalho associados à atividade fim da organização ou diretamente envolvidos no atendimento às necessidades dos seus cidadãos.

Processo gerencial: garante que processos de apoio sejam bem executados, não agregam valor direto ao cliente, mas estão presentes

antes, durante e após o processo. Responsável por planejar, organizar, direcionar e controlar os demais processos.

Processo Judicial eletrônico: o Processo Judicial eletrônico (PJe) é um sistema desenvolvido pelo CNJ em parceria com os tribunais e a participação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para a automação do Judiciário.

Objetivos estratégicos: são os desafios que a instituição deverá suplantar para conseguir implementar a sua estratégia.

Organograma: organograma é um gráfico que representa a estrutura formal de uma organização. Ou seja, é a representação gráfica clássica de uma estrutura organizacional.

Riscos: risco, em administração, designa a combinação entre a probabilidade de ocorrência de um determinado evento e os impactos resultantes, caso ele ocorra.

Visão sistêmica: capacidade de perceber e compreender o todo por meio da análise das partes que o formam.